

**Cap. QOPM SANDOR LUIZ DE MORAES**

**ESTUDO SOBRE O EMPREGO DO USO PROGRESSIVO DA FORÇA NO  
ATENDIMENTO DAS OCORRÊNCIAS POLICIAIS EM CONSONÂNCIA COM O  
DISPOSITIVO LEGAL**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do Título de Especialista em Planejamento e Controle da Segurança Pública.

Orientador de Conteúdo: Ten.-Cel. QOPM MAURÍCIO TORTATO

Orientadora Metodológica: Prof.<sup>a</sup> Dra. SÔNIA MARIA BREDÁ

**CURITIBA**

**2009**

*“Embora ninguém possa voltar atrás e ter  
um novo começo, qualquer um pode começar agora e ter um  
novo fim”  
(Chico Xavier).*

Dedico este trabalho à amada Danielle, minha vida, minha  
preciosa esposa, pelo amor verdadeiro, paciente e  
incondicional, companheira sempre presente, especialmente  
nos momentos mais difíceis.

À Edigair, minha amada mãe, pela vida e pelo amor infinito  
que recebi, cujos sacrifícios, apesar de sempre tentar, jamais  
poderei totalmente retribuir.

Aos meus amados filhos Kayelle, Kayane e Juninho, pelo  
orgulho que sinto cada vez que escuto a palavra pai.

Aos meus genros Ivan e Toni, pela amizade e alegria de  
integrarem a minha preciosa família.

E ao meu pequeno Ivan Lucas, meu tudo, meu amado neto,  
cuja existência é a razão pura para sempre lutar por um  
mundo melhor.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por nunca ter me esquecido, mesmo quando minha fé esmoreceu, tendo-me dado força e saúde suficientes para vencer mais este desafio.

Ao Senhor Tenente-Coronel Maurício Tortato, Oficial detentor de competência, inteligência, valores profissionais e pessoais inquestionáveis, pela disposição e incentivo na orientação desta pesquisa, sempre com idealismo e competência.

Aos bons e valorosos Professores e Instrutores do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais pelos conhecimentos e exemplos a serem seguidos, e também aqueles poucos cujas ações foram negativas, pelo exemplo a não ser seguido.

Aos trinta e três colegas da Turma "A" pela amizade, camaradagem e respeito apresentados neste curso.

## RESUMO

**MORAES, S. L. Estudo sobre o emprego do uso progressivo da força no atendimento das ocorrências policiais em consonância com o dispositivo legal**, estudo e pesquisa descritiva sobre o emprego da doutrina sobre o uso da força, sua utilização progressiva quando as necessidades operacionais assim a exigirem, em perfeita consonância com o ordenamento jurídico da nação. A pesquisa bibliográfica busca conceituar o uso legal e progressivo da força, identificar a legislação internacional estabelecidos principalmente pela Organização das Nações Unidas e pela legislação nacional sobre o tema analisando desde a Constituição Federal como Leis Ordinárias, procurando nortear as principais vertentes jurídicas para amparo ao serviço policial pautados no respeito às leis, mas com o escopo da proteção aos valores humanos na execução da atividade policial. Procura também evidenciar e explicar os diversos modelos e princípios que orientam o uso progressivo e legal da força verificando a posição de diversos autores e a aplicabilidade prática de cada teoria para a utilização na atividade policial de prevenção e manutenção da ordem pública nesta sociedade pela Polícia Militar do Paraná, bem como identificar os níveis de utilização da força com o emprego prático da ação policial militar adequada a cada nível. Realizadas análises e discussões sobre dados estatísticos de integrantes da PMPR acusados do ilícito de abuso de autoridade. Realiza análise, por referências estatísticas gerais e amostragem específicas, sobre o conhecimento teórico de integrantes da PMPR atinente à doutrina do uso legal e progressivo da força, com a formulação de conclusões e sugestões a serem efetivadas para melhoria de emprego e aplicabilidade.

Palavras-chave: Uso progressivo da força. Atendimento de ocorrências policiais. Uso legal da força.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01	- MODELO "FLECT" DE USO PROGRESSIVO DA FORÇA .....	44
FIGURA 02	- MODELO "GILLESPIE" DE USO PROGRESSIVO DA FORÇA .....	46
FIGURA 03	- MODELO "REMSBERG" DE USO PROGRESSIVO DA FORÇA .....	47
FIGURA 04	- MODELO "CANADENSE" DE USO PROGRESSIVO DA FORÇA .....	48
FIGURA 05	- MODELO "NASHVILLE" DE USO PROGRESSIVO DA FORÇA .....	49
FIGURA 06	- MODELO "PHOENIX" DE USO PROGRESSIVO DA FORÇA .....	50
QUADRO 01	- ANÁLISE COMPARATIVA DOS MODELOS APRESENTADOS .....	51
FIGURA 07	- MODELO BÁSICO DE USO PROGRESSIVO DA FORÇA .....	52
QUADRO 02	- NÍVEIS DE ESCALADA DA FORÇA .....	59
TABELA 01	- PERGUNTA Nº 01 .....	67
TABELA 02	- PERGUNTA Nº 02 .....	67
TABELA 03	- PERGUNTA Nº 03 .....	68
TABELA 04	- PERGUNTA Nº 04 .....	68
TABELA 05	- PERGUNTA Nº 05 .....	69
TABELA 06	- PERGUNTA Nº 06 .....	69
TABELA 07	- PERGUNTA Nº 07 .....	70
TABELA 08	- PERGUNTA Nº 08 .....	71
TABELA 09	- PERGUNTA Nº 09 .....	71
TABELA 10	- PERGUNTA Nº 10 .....	72

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APMG – Academia Policial Militar do Guatupê

BPM – Batalhão de Polícia Militar

CCEAL – Código de Conduta dos Encarregados da Aplicação da Lei

Cia P Choque – Companhia de Polícia de Choque

CP – Código Penal

CPC – Comando do Policiamento de Capital

CPM – Código Penal Militar

CPP – Código de Processo Penal

CPPM – Código de Processo Penal Militar

CTN – Código Tributário Nacional

E.U.A. – Estados Unidos da América

FEAL – Funcionários Encarregados de Aplicar a Lei

FLECT – Federal Law Enforcement Training Center

NI – Nota de Instrução

ONU – Organizações das Nações Unidas

OPM – Organização Policial Militar

p. – página

PM – Policial Militar

PMPR – Polícia Militar do Paraná

PR – Paraná

PROAVANTE – Programa Avançado de Treinamento Policial e Cidadania

SENASP – Secretária Nacional de Segurança Pública

UFPR – Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	10
1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	10
1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivos Específicos	12
1.3 JUSTIFICATIVA	13
<b>2 METODOLOGIA</b>	14
2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	14
2.2 PESQUISA DE CAMPO	14
<b>3 USO PROGRESSIVO DA FORÇA</b>	15
3.1 O PODER DE POLÍCIA	15
3.2 O USO DA FORÇA	17
3.3 CONCEITOS BÁSICOS DO USO LEGAL E PROGRESSIVO DA FORÇA	20
3.4 USO DA FORÇA E POLÍCIA	20
<b>4 LEGISLAÇÃO SOBRE O USO DA FORÇA</b>	23
4.1 LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL	23
4.1.1 Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei (CCEAL)	23
4.1.2 Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo	24
4.2 LEGISLAÇÃO NACIONAL	30
4.2.1 Constituição da República Federativa do Brasil	30
4.2.2 Código Penal (CP)	33
4.2.3 Código de Processo Penal (CPP)	37
4.2.4 Código Penal Militar (CPM)	38
4.2.5 Código de Processo Penal Militar (CPPM)	38
4.2.6 Abuso de Autoridade	39
4.2.7 Legislação Orgânica da PMPR	41
<b>5 DOUTRINA SOBRE O USO PROGRESSIVO DA FORÇA</b>	43
5.1 MODELOS DO USO PROGRESSIVO DA FORÇA	43
5.1.1 Modelo FLECT	44

5.1.2 Modelo GILLESPIE .....	46
5.1.3 Modelo REMSBERG .....	47
5.1.4 Modelo CANADENSE .....	48
5.1.5 Modelo NASHVILLE .....	49
5.1.6 Modelo PHOENIX .....	50
5.2 ANÁLISE COMPARATIVA DOS MODELOS APRESENTADOS .....	50
5.3 PROPOSTA DE UM MODELO BÁSICO DO USO PROGRESSIVO DA FORÇA .....	52
5.4 USO PROGRESSIVO DA FORÇA .....	54
5.5 NÍVEIS DE FORÇA .....	57
5.6 UTILIZAÇÃO DOS NÍVEIS DE FORÇA .....	61
5.6.1 Níveis de submissão dos suspeitos .....	62
5.6.2 Percepção do risco .....	63
5.6.3 Aspectos que influenciam no nível de força aplicada .....	63
<b>6 PESQUISA DE CAMPO</b> .....	65
6.1 MODELO DO QUESTIONÁRIO .....	65
6.2 PERGUNTAS DA PESQUISA .....	65
6.3 RESULTADOS OBTIDOS .....	67
6.4 CONCLUSÕES DA PESQUISA DE CAMPO .....	72
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	74
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	76
<b>APENDICE A – MODELO DO QUESTIONÁRIO</b> .....	80

## 1 INTRODUÇÃO

Devido às mudanças ocorridas após o advento da Constituição Federal de 1988, a qual determina uma ordem fundamentada na valorização da dignidade da pessoa e no estabelecimento de direitos igualitários, alcançando a todos, sem qualquer distinção, marcando definitivamente a transição de um período ditatorial e repressivo para um período de abertura democrática e de garantia de direitos fundamentais.

Algumas modificações na legislação penal brasileira e a necessidade ética e moral das corporações policiais militares para salvaguardarem os preceitos basilares dos direitos humanos, os policiais militares têm convivido com um problema em comum: como empregar adequadamente o uso legal e progressivo da força no atendimento das ocorrências policiais, dentro dos critérios estabelecidos pela nossa legislação penal e em consonância com o respeito aos direitos humanos.

A ação policial sempre deve ser pautada no respeito à dignidade humana, não somente de proteção à vítima, mas também nas situações em que ocorreu um delito, o seu autor (infrator) deverá ser localizado e preso. Nestes procedimentos, as ações policiais devem realizadas e respaldadas em afinidade com ordenamento jurídico e as ações táticas para a contenção e realização da prisão deverão seguir uma linha progressiva de níveis de atuação policial.

Após a contenção do autor da ilicitude a sua incolumidade física e moral é de responsabilidade do Estado. A inobservância dos critérios legais ou técnicos poderá acarretar em sanções funcionais ou criminais ao policial-militar e com isso proporcionar também desgaste à imagem da Corporação e do próprio Estado.

### 1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O Estado necessita de agentes com responsabilidade e autoridade para o exercício de suas diversas funções públicas, o policial-militar é um cidadão que foi selecionado, formado e capacitado tecnicamente para exercer diversas finalidades com poder de polícia, como a de proteger o inocente e encarregado respeitar e aplicar a lei; a autoridade e o poder investidos a esse servidor público são enormes

e na realização de sua missão enésimas situações e atos poderão ocorrer, desde realizar simples orientações como até retirar uma vida.

Toda trajetória profissional do policial-militar deve ser respaldada dentro de critérios legais e éticos, seu poder discricionário sempre deve estar objetivado na certeza de que suas ações são corretas e coerentes, tendo a legislação como base, a técnica como ferramenta e os valores morais e éticos como fundamentação profissional e de existência.

As sociedades ocidentais estão mais politizadas e democráticas, a fiscalização da população para com o Estado e seus representantes é, e deve ser, implacável; com a elevação dos índices de violência e de criminalidade a sociedade clama por segurança, confiando aos policiais--militares a missão de preservação da ordem pública. Na realização desta tarefa, especialmente quando requer uso legal e progressivo da força, estabelecem-se pontos de atrito, que devem ser analisados dentro de recomendações, doutrinas e técnicas internacionais e nacionais sobre seu emprego.

Seguindo o princípio de que o objetivo principal da polícia é servir à sociedade, assim como para a proteção de seus direitos fundamentais, então o uso da força utilizada pelos agentes policiais deve ser subordinado ao interesse coletivo, servindo até mesmo como mediador de desenvolvimento social.

Na atuação diária do serviço policial surgem várias situações que necessitam da intervenção do policial-militar, desde um simples pedido de informações, até uma situação de grave perturbação da ordem pública, como por exemplo uma crise com reféns, havendo a necessidade da atuação de um grupo tático policial; com isso podem ocorrer situações em que seja necessária a neutralização do causador da crise, podendo inclusive ocorrer uma morte.

Aparece então uma dicotomia: no afã da proteção à vida pode se retirar outra vida? Os aspectos filosóficos, morais, éticos e legais são extremamente amplos e a resposta não é pacífica, porém dentro de conceitos técnicos policiais para se verificar se a ação da solução da crise foi válida ou não, pode ser obtida pela análise e observação correta do uso legal e progressivo da força adotada nesta situação.

A plena observação e a aplicação eficaz do uso legal e progressivo da força no atendimento das ocorrências policiais, evidentemente em total consonância com nosso sistema normativo jurídico, é a principal forma técnica e tática de atuação

policial para que o policial militar possa atender de forma adequada, digna e humana à sociedade e ao mesmo tempo estar respaldado dentro do sistema legal para a sua atuação.

Surge, portanto, a necessidade de solucionar os seguintes problemas de pesquisa: o que é o uso progressivo da força no atendimento das ocorrências policiais em consonância com o dispositivo legal? Os integrantes da Polícia Militar do Paraná no atendimento de ocorrências policiais executam o uso legal e progressivo da força de forma correta com a doutrina?

## 1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO

### 1.2.1 Objetivo Geral

Constitui o objetivo geral deste trabalho:

Realizar estudo sobre o emprego do uso legal e progressivo da força e verificar a devida aplicação pelos policiais militares no atendimento das ocorrências policiais na cidade de Curitiba, Paraná.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Constituem os objetivos específicos deste estudo:

- a. conceituar o significado do uso legal e progressivo da força;
- b. identificar a legislação internacional e nacional sobre o assunto;
- c. identificar os diversos modelos e princípios que orientam o uso legal e progressivo da força;
- d. identificar os níveis de utilização da força e a ação policial-militar adequada a cada nível;
- e. analisar, por referências estatísticas gerais e por amostragem específicas, se integrantes da PMPR têm conhecimento doutrinário sobre o assunto e se no atendimento de ocorrências policiais executam o uso legal e progressivo da força de forma correta com a doutrina.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

O atual contexto político e social, tanto nacional como internacional, está voltado às questões relativas à democracia, respeito aos Direitos Humanos e à proteção ao meio ambiente, sendo este considerado como direito de quarta geração ou difuso e, em face da delimitação do tema, não será objeto de estudo.

A Polícia Militar do Paraná, como um dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública no Estado do Paraná necessita acompanhar o desenvolvimento da sociedade e adequar-se às exigências estabelecidas para o convívio social harmônico.

Dessa forma, é fundamental que se tenha inculcido na atuação dos policiais militares a observância plena do uso legal e progressivo da força no atendimento das ocorrências policiais, em total consonância com nosso regramento jurídico, bem como representa não uma correta ação legal, mas a melhor forma de atuação, tanto ética e como moral, à defesa da sociedade, garantindo a dignidade das pessoas e à garantia dos direitos individuais.

Assim, este trabalho é atual, tem relevância social e técnica, à medida que o tema representa uma vontade emergente da sociedade, que exige uma atuação mais qualificada dos integrantes das forças de segurança do Estado, e serve de referência a todos os policiais militares, contribuindo assim para o aprimoramento das formas de atuação mediante uma forma técnica quanto ao emprego do uso progressivo da força no atendimento das ocorrências policiais em consonância com o dispositivo legal



## 2 METODOLOGIA

O presente estudo caracterizou-se por realizar além da pesquisa bibliográfica sobre as questões que envolvem o estudo do uso legal e progressivo da força no atendimento de ocorrências policiais, observando-se os preceitos de nossa legislação, principalmente a Constituição Federal e a legislação penal, uma pesquisa exploratória, mediante trabalho de campo exploratório, utilizando dados colhidos conforme pesquisa de dados coletados por questionários respondidos por integrantes da Polícia Militar do Paraná que atuam operacionalmente nas áreas do 12º BPM, 13º BPM, 20º BPM e Cia P Choque

### 2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Foram desenvolvidas pesquisas bibliográficas e documentais, de modo a serem caracterizados os principais fundamentos institucionais, estruturais, jurídicos e procedimentais sobre o uso legal e progressivo da força no atendimento das ocorrências policiais, baseados em doutrinas internacionais e nacionais, nos modelos do uso de força criados por vários autores e adotados por diversas corporações policiais nacionais e internacionais.

### 2.2 PESQUISA DE CAMPO

Foi realizada uma pesquisa por amostragem por meio de questionários a respondidos por policiais militares lotados nas diversas unidades operacionais que atuam em Curitiba (12º BPM, 13º BPM, 20º BPM e Cia P Choque), sobre dados relativos ao conhecimento e execução do uso legal e progressivo da força no atendimento de ocorrências policiais, cuja população de pesquisa foi de quinhentos policiais militares.

### 3 USO PROGRESSIVO E LEGAL DA FORÇA

#### 3.1 O PODER DE POLÍCIA

O tema relativo ao poder de polícia coloca em confronto dois aspectos: o cidadão querendo exercer totalmente os seus direitos e a Administração Pública cuja incumbência é de condicionar o exercício dos direitos do cidadão ao bem-estar coletivo, fazendo isso usando seu poder de Polícia.

Segundo Di Pietro (1993), inexistente qualquer incompatibilidade entre os direitos individuais e os limites a eles impostos pelo poder de polícia do Estado.

Conforme Zanobini (1968), “a idéia de limite surge do próprio conceito de direito subjetivo, tudo aquilo que é juridicamente garantido é também juridicamente limitado”.

Sobre o poder de polícia, Caio Tácito (2003, p. 6) coloca que “é fundamentalmente uma limitação administrativa a um direito ou liberdade, a um benefício, de um interesse qualificado em lei, e supõe uma norma expressa de competência, ou seja, a ninguém é lícita a auto promoção do poder de polícia”.

O poder de polícia, segundo Meirelles (2005, p. 131), “[...] é a faculdade de que dispõe a administração pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado”. Utilizando tal mecanismo, o Estado consegue conter os abusos dos direitos individuais.

Meirelles (2005, p. 131) afirma ainda a importância de distinguir os tipos de polícia: polícia administrativa, judiciária e de manutenção da ordem pública. “A polícia administrativa é inerente à administração pública, enquanto a polícia judiciária e a de manutenção da ordem pública referem-se a outros órgãos, como a Polícia Civil, ou corporações, como a Polícia Militar”.

Meirelles (2005) afirma ainda que “a polícia administrativa, modernamente, distingue-se ainda em administrativa geral e especial. Aquela cuidando genericamente da segurança, da salubridade e da moralidade públicas, e esta de setores específicos que afetam interesses coletivos, tais como água, construção, alimentos, comércio de medicamentos”.

Estes conceitos encontram-se em nossa legislação, conforme o Código Tributário Nacional, de 1966:

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Meirelles (2005) afirma ainda que o poder de polícia administrativa possui características específicas, peculiares ao seu exercício, como: discricionariedade, auto-executoriedade, e coercibilidade.

- Discricionariedade é a margem de livre escolha da Administração Pública, baseando-se na oportunidade e conveniência, de exercer o poder de polícia, aplicar sanções e empregar os meios necessários para proteger algum interesse público.
- Auto-executoriedade é a faculdade da administração de decidir seus atos sem a intervenção do judiciário.
- Coercibilidade é a imposição coativa da administração, ao seu administrado.

O poder de polícia é a imposição coativa das medidas adotadas pela Administração do Estado, sendo ato imperativo e obrigatório ao seu destinatário, e quando este opõe resistência, admite-se até o uso da força pública para o seu cumprimento, inclusive aplicando as medidas punitivas que a lei indique.

Assim, tem-se o poder de polícia como a possibilidade do Estado, legitimado pelo povo, limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público, ou seja, sempre que o interesse público for prejudicado ou estiver ameaçado, poderá o Estado valer-se da sua condição e impor o cumprimento da ordem do sistema jurídico estabelecido.

Lazzarini (1999, p. 103), referindo-se sobre as fases do poder de polícia, distingue a atuação do Estado no exercício do seu poder de polícia em quatro fases: ordem de polícia, consentimento de polícia, fiscalização de polícia e sanção de polícia.

A ordem de polícia é necessariamente advinda de um preceito legal, pois se trata de uma reserva legal, podendo ser enriquecida pela discricionariedade da administração, como no ato exemplificado anteriormente. Consentimento de polícia, segundo o Parecer GM-25 (2001, p. 9) “quando couber, será a anuência, vinculada ou discricionária, do Estado com a atividade submetida ao preceito vedativo relativo, sempre que satisfeitos os condicionamentos exigidos”.

### 3.2 USO DA FORÇA

O serviço policial pautado na defesa do cidadão, respeito à dignidade humana, proteção do inocente e respeito ao regramento jurídico deve ser norteado por ações em que o policial atue em consonância com a situação apresentada.

O uso da força é essencial à atividade policial sendo, inclusive, um dos atributos do poder de polícia a coercibilidade. Os órgãos policiais utilizam meios de força letal e não letal, os primeiros cuidam de ações rotineiras da polícia, enquanto os de força letal só devem ser utilizados em casos extremos.

Dentre os meios de força utilizados na atividade policial tem-se a força física. Os policiais são treinados de acordo com regras de defesa pessoal. Defesa pessoal, segundo Ricardo Nakayama (2008, *on line*), corresponde a “qualquer técnica ou reação utilizada para preservar a integridade física própria ou de terceiros.”. Nesse sentido, a defesa pessoal utiliza-se de várias técnicas de luta, artes marciais, bem como outros meios de defesa.

Segundo Meirelles (2005, p. 138), o atributo da coercibilidade do ato de polícia justifica o emprego da força física. Tratando da força física desempenhada pelo agente público o artigo terceiro do Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei, da ONU (1979), reflete sobre uso gradual dessa força pela polícia:

Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei só podem empregar a força quando estritamente necessária e na medida exigida para o cumprimento do seu dever.

Em uma ocorrência cuja orientação não mais esteja surtindo efeitos e a necessidade de ser empregada a força, essa deve ser pautada dentro de patamares legais e sua progressão deverá seguir uma linha lógica e coerente de ação.

Segundo os Princípios Básicos sobre Uso da Força e Armas de Fogo estabelecidos pela ONU (Havana, Cuba, 1990), tem-se:

[...] os policiais, no exercício das suas funções, devem, na medida do possível, recorrer a meios não violentos antes de utilizarem a força ou armas de fogo. Só poderão recorrer à força ou a armas de fogo se outros meios se mostrarem ineficazes ou não permitirem alcançar o resultado desejado. Paralelamente instrumentos de controle das polícias são instituídos, a exemplo de ouvidorias, julgamentos de policiais militares em tribunais civis, cursos de direitos humanos, empregos de armas não letais e reformas curriculares.

Conforme define Bittner, "o papel da polícia é tratar de todos os tipos de problemas humanos quando e na medida em que sua solução necessita - ou pode necessitar - do uso da força, no lugar e no momento em que eles surgem. É isso que dá uma homogeneidade a atividades tão variadas quanto conduzir o prefeito ao aeroporto, deter um malfeitor, expulsar um bêbado de um bar, regular a circulação, conter uma multidão, cuidar das crianças perdidas, administrar os primeiros cuidados e separar os casais que brigam". A distinção dos policiais de outras categorias de profissionais que utilizam a coação física para cumprir suas tarefas é que seu privilégio nesse domínio não é limitado nem a uma clientela particular, como no caso dos guardas de prisão ou dos enfermeiros nos hospitais psiquiátricos, nem a uma série de atos previamente definidos. As polícias prosseguem investindo em técnicas não-letais de intervenção policial e direcionam seus efetivos para atuarem muito mais como negociadores de conflitos, evitando os confrontos.

De acordo com Hely Lopes Meirelles (2005, p. 138) "o atributo da coercibilidade do ato de polícia justifica o emprego da força física". Tratando da força física desempenhada pelo agente público o artigo terceiro do Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei, da ONU (1979), reflete sobre uso gradual dessa força pela polícia. Todo aquele que é responsável pela aplicação da lei só pode empregar a força quando estritamente necessária e na medida exigida para o cumprimento do seu dever.

Destaca José Alberto Alvorcem Pinto e Sander Moreira Valério (2002, p. 44), que no intuito de preservar as garantias, os direitos humanos, foi criado o Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei – CCEAL, para orientar a conduta dos responsáveis pela segurança pública nos Estados. Este código não

tem força de tratado, porém busca padronizar práticas da aplicação da lei baseando-se em disposições básicas dos direitos e liberdade humanas.

Milmir Cunha (2004, p. 7), referindo-se ao Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei, ONU (1979), diz que “esse código visa regulamentar o uso da força pela polícia e estabelecer parâmetros e limites efetivos para a ação policial”.

Afirma ainda que a intenção do Código é estabelecer normas que evitem o uso da força excessiva e atenuem o potencial de abuso presente no desempenho da atividade policial, dever de equipar e treinar os policiais no uso de armas não-letais e munições especiais, de forma a garantir que o uso da força letal só se dará após esgotados todos os demais recursos. Existe, ainda, a previsão expressa de acompanhamento psicológico para os policiais envolvidos em situações em que tenham sido utilizadas a força e as armas de fogo.

A respeito dos princípios que explicam o uso da força por policias, destaca André Luiz Rabello Vianna (2000, p. 75):

Ao mesmo tempo, princípios, como a aplicação de meios pacíficos antes do uso da força e emprego de níveis mínimos de força em qualquer circunstância, são fundamentais para o policiamento. Considerando esses princípios e a concentração da força, explícita ou implícita, para o policiamento; considerando a natureza do policiamento com suas incertezas e seus perigos; e considerando a importância do policiamento na sociedade, demonstra que o poder do uso da força só poderia ser atribuído àquelas pessoas qualificadas para exercê-la convenientemente. Isto implica uma seleção extremamente rigorosa e processos de treinamento, um comando efetivo, um controle e uma supervisão dos policiais pelos seus superiores, e uma estrita responsabilidade da polícia frente à lei quando há abuso de poder.

Segundo Souza Luiz, “é sabido que a força é, para o policial, um recurso geral aplicável sob formas múltiplas e em uma infinidade de situações não definidas a priori. É igualmente um recurso que não pode, de um ponto de vista formal, constituir-se em objeto de negociações entre aqueles que a exercem e aqueles aos quais ela é aplicada. As fronteiras entre o público e o privado são definidas por meio da produção de normas cujo respeito é assegurado por órgãos administrativos específicos, que utilizam, se necessário, o constrangimento físico. Observamos toda a ambigüidade da função de polícia que é: administrativa em sua forma, coercitiva em sua ação”. A função administrativa voltada para a preservação da ordem pública, definida como a manutenção da situação harmoniosa e pacífica da população,

baseada em valores éticos, morais e no ordenamento jurídico da nação, estando protegida a vida, a incolumidade pública, o patrimônio e os demais direitos e garantias individuais e coletivos, assim como as relações sociais e as instituições, necessita em, algumas situações, da ação coercitiva do Estado, com o uso da força legal.

### 3.3 CONCEITOS BÁSICOS DO USO LEGAL E PROGRESSIVO DA FORÇA

Dentre os diversos conceitos basilares, três são fundamentais ao nosso estudo, tais definições foram estabelecidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (2004):

**Força:** é toda intervenção compulsória sobre o indivíduo ou grupos de indivíduos, reduzindo ou eliminando sua capacidade de autodecisão.

**Nível do uso da força:** é entendido desde a simples presença policial em uma intervenção até a utilização da arma de fogo, em seu uso extremo (uso letal)

**Uso progressivo da força:** consiste na seleção adequada de opções de força pelo policial em resposta ao nível de submissão do indivíduo ou infrator a ser controlado.

Estes três conceitos (força - nível do uso da força - uso progressivo da força) devem estar condicionados com os aspectos éticos, morais e pelo ordenamento jurídico de nossa nação. O fator ético, representado pelo conjunto de princípios morais ou valores que governam a conduta de um indivíduo ou de membros de uma comunidade ou profissão, é um zênite importante na aplicação do uso progressivo e legal da força nas ações de polícia.

### 3.4 USO DA FORÇA E A POLÍCIA

O uso da força pela Polícia é uma questão sensível e que merece um tratamento cuidadoso, se for excessiva será evidentemente vista como arbitrária e desnecessária, porém no sentido inverso, se for percebida como branda, ela pode ser entendida como um convite a abusos por parte dos infratores, portanto mister se faz que os parâmetros sejam bem definidos dentro de patamares coerentes e lógicos.

Assim, é fundamental que os membros dos órgãos policiais e em especial da nossa PMPR tenham conhecimento da teoria do uso legal da força e a sua aplicação prática para o atendimento das ocorrências policiais, agindo com celeridade, profissionalismo e eficácia.

Cunha (2004, p. 11) afirma que “na atual conjuntura não se admite uma Força Policial não possuir diretrizes de ação pautadas pelos preceitos do Uso da Força: Legalidade, Necessidade e Proporcionalidade”.

O policial deve saber usar moderadamente a força e proporcionalmente a gravidade do delito cometido.

Cunha (2004, p. 12) conceitua o Uso Progressivo da Força como sendo “a seleção adequada de opções de força pelo policial em resposta ao nível de submissão do indivíduo suspeito ou infrator a ser controlado”. A presença ostensiva do policial inicia o nível de utilização da força, podendo chegar até a utilização de armas de fogo, ou emprego letal da força. Segundo a apostila Uso Legal da Força fornecida pelo Ministério da Justiça (2006, p. 2) “força é a intervenção ‘compulsória’ sobre alguém ou sobre algumas pessoas a fim de reduzir ou eliminar sua capacidade de auto-decisão”.

Pensando sempre no uso legal e progressivo da força a nobre missão de polícia será sempre desempenhada dentro de princípios da impessoalidade, sem condicionalismos e com a merecida confiança da sociedade. A utilização correta da força não é apenas uma necessidade de ação, mas uma obrigação do agente de segurança pública, desde que na situação, obviamente ela se faça necessária. Porém, esta prática deve ser efetuada de forma moderada e legítima. O policial deve se pautar em quatro princípios básicos: a necessidade, a proporcionalidade, a ética e a legalidade, sem os quais, sua ação implicará em uma resultante não condizente com a sua atividade-fim, ou seja, ao invés de estar prevenindo e combatendo a violência, a estará gerando.

O poder discricionário confere ao policial fazer uso da força em situações que qualifique como necessária, tal julgamento no atendimento de ocorrência é de foro íntimo, baseando-se seu julgamento no conhecimento teórico da técnica policial e ordenamento jurídico da nação e em sua experiência da vivência policial, porém é fácil de ser executado com total eficácia, dependerá de um adestramento contínuo e permanente, tendo a doutrina de emprego do uso da força de ser sempre seu norte.



Infelizmente, vemos na PMPR que os policiais mais antigos não foram devidamente preparados para os conceitos sobre o uso progressivo e legal da força; aprender as técnicas policiais é de suma importância para a nossa atividade, porém deve-se fazer também um trabalho mais específico no que diz respeito ao trato com o cidadão, além de um estudo mais aguçado acerca dos métodos empregados na melhoria ao atendimento à sociedade.

Conforme bem disse Vianna (2000), não se deve confundir “uso legítimo da força” com violência. A polícia existe para garantir a incolumidade social. Seus membros são retirados do seio da sociedade e capacitados para exercerem a função. Teoricamente, esses profissionais de segurança recebem treinamentos específicos para que sejam qualificados como aptos para desempenharem a atividade policial. Logo, não é concebível a idéia de profissionais nesse ramo cometendo atos que firam a integridade das pessoas. Tais ações abalam a confiança da sociedade nos “mantenedores da lei”.

## 4 LEGISLAÇÃO SOBRE O USO DA FORÇA

Diversos regramentos jurídicos norteiam o uso da força, desde legislação internacional, como obviamente em nosso regramento nacional, essência da base da atuação policial.

### 4.1 LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL

#### 4.1.1 Código de Conduta para Encarregado da Aplicação da LEI (CCEAL)

O CCEAL consiste em oito artigos. Não é um tratado, mas pertence à categoria dos instrumentos que proporcionam normas orientadoras aos governos sobre questões relacionadas com direitos humanos e justiça criminal. É importante notar que (como foi reconhecido por aqueles que elaboraram o código) esses padrões de conduta deixam de ter valor prático a não ser que seu conteúdo e significado, por meio de educação, treinamento e acompanhamento, passem a fazer parte da crença de cada indivíduo encarregado da aplicação da lei. Segundo as Premissas Básicas da Aplicação da Lei Conduta Ética e Legal na Aplicação da Lei da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (2004, Caderno 5, p. 1):

O artigo 1.º estipula que os encarregados da aplicação da lei devem sempre cumprir o dever que a lei lhes impõe. O termo encarregados da aplicação da lei é definido de maneira a incluir todos os agentes da lei, quer nomeados, quer eleitos, que exerçam poderes policiais, especialmente poderes de prisão ou detenção.

O artigo 2º requer que os encarregados da aplicação da lei, no cumprimento do dever, respeitem e protejam a dignidade humana, mantenham e defendam os direitos humanos de todas as pessoas.

O artigo 3º limita o emprego da força pelos encarregados da aplicação da lei a situações em que seja estritamente necessária e na medida exigida para o cumprimento de seu dever.

O artigo 4º estipula que os assuntos de natureza confidencial em poder dos encarregados da aplicação da lei devem ser mantidos confidenciais, a não ser que o cumprimento do dever ou a necessidade de justiça exijam estritamente o contrário.

Em relação a esse artigo, é importante reconhecer o fato de que, devido à natureza de suas funções, os encarregados da aplicação da lei se vêem em uma posição na qual podem obter informações relacionadas à vida particular de outras pessoas, que podem ser prejudiciais aos interesses ou reputação destas.

O artigo 5º reitera a proibição da tortura ou outro tratamento ou pena cruel, desumano ou degradante.

O artigo 6º diz respeito ao dever de cuidar e proteger a saúde das pessoas

privadas de sua liberdade.

O artigo 7º proíbe os encarregados da aplicação da lei de cometer qualquer ato de corrupção. Também devem opor-se e combater rigorosamente esses atos.

O artigo 8º trata da disposição final exortando os encarregados da aplicação da lei a respeitar a lei. Os encarregados da aplicação da lei são incitados a prevenir e se opor a quaisquer violações da lei e do código. Em casos onde a violação do código é cometida, devem comunicar o fato a seus superiores e, se necessário, a outras autoridades apropriadas ou organismos com poderes de revisão ou reparação.

Notadamente, no que concerne à atividade da Polícia, esta questão deve ser tratada com especial distinção, pois seus Funcionários Encarregados de Aplicar a Lei (FEAL) possuem, com exclusividade, as faculdades profissionais para privar uma pessoa de liberdade ou, até mesmo, usar a força e arma de fogo contra um cidadão.

O emprego desses poderes deve ajustar-se aos princípios de legalidade, necessidade e proporcionalidade. no caso da legalidade, não é só importante a lei, mas também saber seu espírito, cabendo ao FEAL aplicar o poder discricionário; na hipótese de recorrer à força, o grau a ser empregado (proporcionalidade) em uma determinada situação depende de uma avaliação subjetiva dessa necessidade.

Essa avaliação subjetiva, por sua vez, não pode depender somente de uma noção pessoal de ética, mas sim de uma ética profissional.

#### 4.1.2 Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo

Adotados no oitavo Congresso das Nações Unidas, em 7 de setembro de 1990, sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinqüentes, representam o segundo mais importante instrumento internacional sobre o uso da força:

1. ADOTA os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei contidos no anexo à presente resolução;
2. RECOMENDA os Princípios Básicos para adoção e execução nacional, regional e inter-regional, levando em consideração as circunstâncias e as tradições políticas, econômicas, sociais e culturais de cada país;
3. CONVIDA os Estados membros a ter em conta e respeitar os Princípios Básicos no contexto da legislação e das práticas nacionais;
4. CONVIDA TAMBÉM os Estados membros a levar os Princípios Básicos ao conhecimento dos funcionários responsáveis pela aplicação da lei e de

outros agentes do Executivo, magistrados, advogados, legisladores e público em geral;

5. CONVIDA AINDA os Estados membros a informar o Secretário-Geral, de cinco em cinco anos, a partir de 1992, sobre o progresso alcançado na implementação dos Princípios Básicos, incluindo sua disseminação, sua incorporação à legislação, à prática, aos procedimentos e às políticas internas; sobre os problemas encontrados na aplicação dos mesmos à nível nacional, e sobre a possível necessidade de assistência da comunidade internacional, solicitando ao Secretário-Geral que transmita tais informações ao Nono Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes;

6. APELA a todos os governos para que promovam seminários e cursos de formação, a nível nacional e regional, sobre a função da aplicação das leis e sobre a necessidade de restrições ao uso da força e de armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei;

7. EXORTA as comissões regionais, as instituições regionais e inter-regionais encarregadas da prevenção do crime e da justiça penal, as agências especializadas e outras entidades no âmbito do sistema das Nações Unidas, outras organizações intergovernamentais interessadas e organizações não-governamentais com estatuto consultivo junto ao Conselho Econômico e Social, para que participem ativamente da implementação dos Princípios Básicos e informem o Secretário-Geral sobre os esforços feitos para disseminar e implementar tais Princípios e sobre o grau em que se concretizou tal implementação, solicitando ao Secretário-Geral que inclua essas informações no seu relatório ao Nono Congresso;

8. APELA à Comissão de Prevenção e Controle do Crime para que considere, como questão prioritária, meios e formas de assegurar a implementação efetiva da presente resolução;

9. SOLICITA ao Secretário-Geral:

(a) Que tome medidas, conforme for adequado, para levar a presente resolução à atenção dos governos e de todos os órgãos pertinentes das Nações Unidas, e que se encarregue de dar aos Princípios Básicos a máxima divulgação possível;

(b) Que inclua os Princípios Básicos na próxima edição da publicação das Nações Unidas intitulada Direitos Humanos: Uma Compilação de Normas Internacionais;

(c) Que forneça aos governos, mediante pedido dos mesmos, serviços de especialistas e consultores regionais e inter-regionais para prestação de assistência na implementação dos Princípios Básicos, e que apresente relatório ao Nono Congresso sobre a assistência e a formação técnicas prestadas;

(d) Que relate à Comissão, quando da realização da sua décima - segunda sessão, as providências tomadas visando implementar os Princípios Básicos.

10. SOLICITA ao Nono Congresso e respectivas reuniões preparatórias que examinem o progresso obtido na implementação dos Princípios Básicos.

**Os princípios adotados neste congresso estipulam:**

Os Princípios Básicos enunciados a seguir, que foram formulados com o propósito de assistir os Estados membros na tarefa de assegurar e promover a adequada missão dos funcionários responsáveis pela aplicação

da lei, devem ser tomados em consideração e respeitados pelos governos no âmbito da legislação e da prática nacionais, e levados ao conhecimento dos funcionários responsáveis pela aplicação da lei e de outras pessoas, tais como juizes, agentes do Ministério Público, advogados, membros do Executivo e do Legislativo, bem como do público em geral.

### **Disposições gerais**

1. Os governos e entidades responsáveis pela aplicação da lei deverão adotar e implementar normas e regulamentos sobre o uso da força e de armas de fogo pelos responsáveis pela aplicação da lei. Na elaboração de tais normas e regulamentos, os governos e entidades responsáveis pela aplicação da lei devem examinar constante e minuciosamente as questões de natureza ética associadas ao uso da força e de armas de fogo.
2. Os governos e entidades responsáveis pela aplicação da lei deverão preparar uma série tão ampla quanto possível de meios e equipar os responsáveis pela aplicação da lei com uma variedade de tipos de armas e munições que permitam o uso diferenciado da força e de armas de fogo. Tais providências deverão incluir o aperfeiçoamento de armas incapacitantes não-letais, para uso nas situações adequadas, com o propósito de limitar cada vez mais a aplicação de meios capazes de causar morte ou ferimentos às pessoas. Com idêntica finalidade, deverão equipar os encarregados da aplicação da lei com equipamento de legítima defesa, como escudos, capacetes, coletes à prova de bala e veículos à prova de bala, a fim de se reduzir a necessidade do emprego de armas de qualquer espécie.
3. O aperfeiçoamento e a distribuição de armas incapacitantes não-letais devem ser avaliados com cuidado, visando minimizar o perigo para as pessoas não envolvidas, devendo o uso de tais armas ser cuidadosamente controlado.
4. No cumprimento das suas funções, os responsáveis pela aplicação da lei devem, na medida do possível, aplicar meios não-violentos antes de recorrer ao uso da força e armas de fogo. O recurso às mesmas só é aceitável quando os outros meios se revelarem ineficazes ou incapazes de produzirem o resultado pretendido.
5. Sempre que o uso legítimo da força e de armas de fogo for inevitável, os responsáveis pela aplicação da lei deverão:
  - (a) Exercer moderação no uso de tais recursos e agir na proporção da gravidade da infração e do objetivo legítimo a ser alcançado;
  - (b) Minimizar danos e ferimentos, e respeitar e preservar a vida humana;
  - (c) Assegurar que qualquer indivíduo ferido ou afetado receba assistência e cuidados médicos o mais rápido possível;
  - (d) Garantir que os familiares ou amigos íntimos da pessoa ferida ou afetada sejam notificados o mais depressa possível.
6. Sempre que o uso da força e de armas de fogo pelos responsáveis pela aplicação da lei der causa a ferimento ou morte, os mesmos deverão comunicar imediatamente o fato aos seus superiores, nos termos do Princípio 22.
7. Os governos deverão assegurar que o uso arbitrário ou abusivo da força e de armas de fogo por responsáveis pela aplicação da lei seja punido como delito criminal, de acordo com a legislação em vigor.
8. Não será aceitável invocar circunstâncias excepcionais, tais como instabilidade política interna ou outras situações de emergência pública, como justificativa para o abandono destes princípios básicos.

### **Disposições específicas**

9. Os responsáveis pela aplicação da lei não usarão armas de fogo contra pessoas, exceto em casos de legítima defesa própria ou de outrem contra ameaça iminente de morte ou ferimento grave; para impedir a perpetração de crime particularmente grave que envolva séria ameaça à vida; para efetuar a prisão de alguém que represente tal risco e resista à autoridade; ou para impedir a fuga de tal indivíduo, e isso apenas nos casos em que outros meios menos extremados revelem-se insuficientes para atingir tais objetivos. Em qualquer caso, o uso letal intencional de armas de fogo só poderá ser feito quando estritamente inevitável à proteção da vida.

10. Nas circunstâncias previstas no Princípio 9, os responsáveis pela aplicação da lei deverão identificar-se como tais e avisar prévia e claramente a respeito da sua intenção de recorrer ao uso de armas de fogo, com tempo suficiente para que o aviso seja levado em consideração, a não ser quando tal procedimento represente um risco indevido para os responsáveis pela aplicação da lei ou acarrete para outrem um risco de morte ou dano grave, ou seja claramente inadequado ou inútil dadas as circunstâncias do caso.

11. As normas e regulamentos sobre o uso de armas de fogo pelos responsáveis pela aplicação da lei deverão incluir diretrizes que:

(a) Especifiquem as circunstâncias nas quais os responsáveis pela aplicação da lei estão autorizados a trazer consigo armas de fogo e determinem os tipos de armas e munições permitidas;

(b) Garantam que as armas de fogo sejam usadas apenas em circunstâncias apropriadas e de modo a reduzir o risco de dano desnecessário;

(c) Proibam o uso de armas de fogo e munições que causem ferimentos injustificáveis ou representem riscos injustificáveis;

(d) Regulamentem o controle, o armazenamento e a distribuição de armas de fogo, o que deverá incluir procedimentos para assegurar que os responsáveis pela aplicação da lei sejam considerados responsáveis pelas armas de fogo e munições a eles confiadas;

(e) Providenciem avisos, quando apropriado, previamente ao disparo de armas de fogo;

(f) Prevejam um sistema de comunicação aos superiores sempre que os responsáveis pela aplicação da lei fizerem uso de armas de fogo no desempenho das suas funções.

### **Policiamento de reuniões ilegais**

12. Como todos têm o direito de participar de reuniões legítimas e pacíficas, de acordo com os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, os governos, entidades e os responsáveis pela aplicação da lei deverão reconhecer que a força e as armas de fogo só podem ser usadas nos termos dos Princípios 13 e 14.

13. Ao dispersar grupos ilegais mas não-violentos, os responsáveis pela aplicação da lei deverão evitar o uso da força, ou quando tal não for possível, deverão restringir tal força ao mínimo necessário.

14. Ao dispersar grupos violentos, os responsáveis pela aplicação da lei só poderão fazer uso de armas de fogo quando não for possível usar outros meios menos perigosos e apenas nos termos minimamente necessários. Os responsáveis pela aplicação da lei não deverão fazer uso de armas de fogo em tais casos, a não ser nas condições previstas no Princípio 9.

### **Policiamento de indivíduos sob custódia ou detenção**

15. Ao lidarem com indivíduos sob custódia ou detenção, os responsáveis pela aplicação da lei não farão uso da força, exceto quando tal for estritamente necessário para manter a segurança e a ordem na instituição, ou quando existir ameaça à segurança pessoal.

16. Ao lidarem com indivíduos sob custódia ou detenção, os responsáveis pela aplicação da lei não farão uso de armas de fogo, exceto em legítima defesa ou em defesa de outrem contra ameaça iminente de morte ou ferimento grave, ou quando for estritamente necessário para impedir a fuga de indivíduo sob custódia ou detenção que represente perigo do tipo descrito no Princípio 9.

17. Os princípios acima enunciados não prejudicam os direitos, deveres e responsabilidades dos funcionários das prisões, consoante o estabelecido nas Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros, em especial nas normas números 33, 34 e 54.

### **Habilitação, formação e orientação**

18. Os governos e organismos encarregados da aplicação da lei cuidarão para que todo o pessoal responsável pela aplicação da lei seja selecionado por meio de processos adequados de seleção, tenha as qualidades morais, psicológicas e físicas adequadas ao exercício efetivo de suas funções e seja submetido a formação profissional contínua e meticulosa. A continuidade da aptidão desse pessoal para o desempenho das respectivas funções deve ser verificada periodicamente.

19. Os governos e organismos encarregados da aplicação da lei deverão assegurar que todos os responsáveis pela aplicação da lei recebam treinamento e sejam examinados com base em padrões adequados de competência para o uso da força. Os responsáveis pela aplicação da lei que tenham de trazer consigo armas de fogo só devem receber autorização para fazê-lo após terem completado o treino necessário relativamente ao uso de tais armas.

20. Na formação profissional dos responsáveis pela aplicação da lei, os governos e organismos encarregados da aplicação da lei devem dedicar atenção especial às questões de ética policial e direitos humanos, especialmente durante o processo de investigação; a alternativas ao uso da força e armas de fogo, incluindo a solução pacífica de conflitos, a compreensão do comportamento das multidões e os métodos de persuasão, negociação e mediação, bem como os meios técnicos, destinados a limitar o uso da força e armas de fogo. Os órgãos encarregados da aplicação da lei devem rever os seus programas de treinamento e procedimentos operacionais à luz de eventuais incidentes concretos.

21. Os governos e organismos encarregados da aplicação da lei devem proporcionar orientação sobre tensão psicológica aos responsáveis pela aplicação da lei envolvidos em situações em que haja o uso da força e de armas de fogo.

### **Procedimentos de comunicação e revisão**

22. Os governos e organismos encarregados da aplicação da lei deverão estabelecer procedimentos eficazes de comunicação e revisão, aplicáveis a todos os incidentes mencionados nos Princípios 6 e 11 (f). Para os incidentes relatados de acordo com esses princípios, os governos e organismos encarregados da aplicação da lei deverão assegurar que exista um processo de revisão efetivo e que autoridades administrativas ou de perseguição criminal independentes tenham condições de exercer

jurisdição nas circunstâncias apropriadas. Nos casos de morte e ferimento grave ou outras consequências sérias, um relatório pormenorizado deve ser prontamente enviado às autoridades competentes responsáveis pelo controle administrativo e judicial.

23. Os indivíduos afetados pelo uso da força e armas de fogo, ou seus representantes legais, devem ter direito a um inquérito independente, incluindo um processo judicial. Em caso de morte desses indivíduos, a presente disposição aplicar-se-á de forma correspondente aos seus dependentes.

24. Os governos e organismos encarregados da aplicação da lei deverão assegurar que os oficiais superiores sejam responsabilizados caso tenham ou devam ter tido conhecimento de que responsáveis pela aplicação da lei sob seu comando estão, ou tenham estado, recorrendo ao uso ilegítimo da força e armas de fogo, e caso os referidos oficiais não tenham tomado todas as providências ao seu alcance a fim de impedir, reprimir ou comunicar tal uso.

25. Os governos e organismos encarregados da aplicação da lei deverão assegurar que não seja imposta qualquer sanção criminal ou disciplinar a responsáveis pela aplicação da lei que, de acordo com o Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei e com estes Princípios Básicos, recusem-se a cumprir uma ordem para usar força e armas de fogo, ou que denunciem tal uso por outros responsáveis pela aplicação da lei.

26. O cumprimento de ordens superiores não constituirá justificativa quando os responsáveis pela aplicação da lei tenham conhecimento de que uma ordem para usar força e armas de fogo, que tenha resultado na morte ou em ferimento grave a alguém, foi manifestamente ilegítima e caso os referidos responsáveis tenham tido oportunidade razoável de se recusarem a cumprir essa ordem. Em qualquer caso, a responsabilidade caberá também aos superiores que tenham dado ordens ilegítimas.

A apostila sobre o Uso da Força Legal (2006) do Ministério da Justiça, absorveu a essência destes princípios, aglutinando-os em quatro princípios gerais sobre a utilização legal e progressiva da força, sendo:

- princípio da legalidade;
- princípio da necessidade;
- princípio da proporcionalidade;
- princípio da oportunidade.

O princípio da legalidade estabelece que o uso da força somente pode ser efetivada dentro dos pressupostos legais estabelecidos pelo regramento jurídico do país, bem como dentro dos preceitos éticos e morais da sociedade.

O princípio da necessidade presa que o uso da força somente seja realizada se for realmente precisa, sendo avaliadas as ações realmente necessárias para conter as ações geradas pelo suspeito agressor.



O princípio da proporcionalidade corresponde ao equilíbrio de ações entre os agentes policiais e o suspeito causador da crise, ou seja, a resposta do policial deve ser proporcional à ameaça causada pelo suspeito.

O princípio da oportunidade caracteriza-se pelo pressuposto de que o policial realize as suas ações quando a intensidade do suspeito apresente menor resistência, com isso a intensidade das ações do policial também será de menor potencial ofensivo.

## 4.2 LEGISLAÇÃO NACIONAL

Seguindo os tratados internacionais sobre uso a força pelos agentes policiais, a legislação brasileira procura pela Constituição da República Federativa do Brasil e de leis inferiores, regular o uso da força, inclusive da força letal da arma de fogo, pelos policiais. Este capítulo dedica-se genericamente à responsabilidade legal à qual estão sujeitos os agentes públicos responsáveis pela aplicação da lei, ao utilizarem da força quando no exercício da função.

### 4.2.1 Constituição da República Federativa do Brasil De 1988

Pinto e Valério (2002) afirmam que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 direciona a prioridade ao respeito à integridade física, moral e psicológica do cidadão, às liberdades individuais e coletivas, sendo assim a vida como bem maior tutelado pelo Estado. Reforçam ainda a necessidade de respeitar tais direitos, consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil, mesmo que seus propósitos confrontem-se com a realidade social de violência e barbárie daqueles que desconhecem qualquer regra de convivência social.

Os princípios de justiça, liberdade e igualdade, consagrados pela Carta Magna são especificados em seus primeiros artigos: Título I, Dos Princípios Fundamentais, Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, e Capítulo I, Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Seguem os artigos que identificam os princípios mencionados:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade,

nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

Segundo Beauchamp e Goldim (1998, p. 1), o princípio da justiça é a expressão da justiça distributiva. Entende-se justiça distributiva como sendo a distribuição justa, equitativa e apropriada na sociedade, de acordo com normas que estruturam os termos da cooperação social. Uma situação de justiça, de acordo com esta perspectiva, estará presente sempre que uma pessoa receber benefícios ou encargos devidos às suas propriedades ou circunstâncias particulares.

Goldim (1998, p. 1) coloca ainda a proposta de Aristóteles sobre a justiça formal, a qual “os iguais devem ser tratados de forma igual e os diferentes devem ser tratados de forma diferente”. Ainda sobre o princípio da justiça, Almeida (2007) afirma que os cidadãos estando sob o mesmo nível de ignorância ficam em situação equitativa, por isso propõe uma idéia de justiça como equidade. Almeida (2007, p. 216) afirma que “cada pessoa deve ter um direito igual ao mais amplo sistema total de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdade para todos”, bem como as dificuldades sociais e econômicas devem ser distribuídas simultaneamente, pois os maiores benefícios devem ser aos menos beneficiados.

Desta forma, para Almeida (2007), a teoria da justiça redonda em três princípios básicos, o princípio da liberdade, da oportunidade justa, e da diferença.

Charles Perelman et Da Silva (2001) diz ser a justiça formal um princípio de ação, onde seres da mesma categoria devem ser tratados igualmente. Da Silva (2001) acrescenta ainda que tal princípio identifica-se com a igualdade formal.

Perelman et Da Silva (2001, p. 216), coloca magnificamente a seguinte frase: “tratar de maneira igual os iguais e de maneira desigual os desiguais”. Relativo ao princípio da igualdade, Da Silva (2007, p. 214) afirma ser “o signo fundamental da democracia”. Não permite privilégios nem distinções. Da Silva (2007) afirma ainda que as constituições admitem o sentido jurídico-formal que refere-se à igualdade perante a lei. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 busca reduzir as desigualdades sociais e regionais, repulsa discriminação, universaliza a seguridade social, garante saúde, acesso a educação, tudo isso visando à igualdade material.

O princípio da liberdade, segundo Almeida (2007), tem prioridade dentre os restantes, além de que todos os indivíduos em uma sociedade justa se beneficiam das mesmas liberdades básicas. Almeida (2007) inclui nestas liberdades básicas a liberdade política, liberdade de expressão e de reunião, liberdade de consciência e de pensamento. Inclui também as liberdades da pessoa que segundo o autor refere-se à proibição contra agressões e prisões arbitrárias. Segundo, Almeida (2007, p. 217) quanto ao princípio da liberdade: defende que não se pode violar as liberdades básicas dos indivíduos de modo a alcançar vantagens econômicas e sociais. Por exemplo, não se pode suprimir a liberdade de expressão com o objetivo de obter uma melhor distribuição da riqueza.

No entanto, nenhuma das liberdades básicas é absoluta. Qualquer uma pode ser limitada para que assim se obtenha uma maior liberdade para todos. Por exemplo, em algumas circunstâncias pode justificar-se limitar a liberdade de expressão – proibindo, suponhamos, a difusão de ideais políticos ou religiosos extremamente intolerantes – de modo a proteger a liberdade política. Segundo Da Silva (2007, p. 236) o conceito de liberdade é a “possibilidade de coordenação consciente dos meios necessários à realização da felicidade pessoal”. Outro princípio interessante que também deve ser levado em consideração quando no uso da força é o da dignidade da pessoa humana.

Segundo Da Silva (2007), este princípio serve como unificador de todos os direitos fundamentais. Desta forma, a ordem econômica deve ter por finalidade assegurar à todos a existência digna, a ordem social a realização da justiça social, a educação, o desenvolvimento e preparo da cidadania da pessoa, visando à dignidade da pessoa humana.

A respeito do princípio constitucional da dignidade humana bem define Sarlet, (2001, p. 89): A dignidade da pessoa humana engloba necessariamente respeito e proteção da integridade física e emocional (psíquica) em geral da pessoa, do que decorrem, por exemplo, a proibição da pena de morte, da tortura e da aplicação de penas corporais bem como a utilização da pessoa para experiências científicas. Edílson Pereira Farias apud Martins (2006) esclarece que a arquitetura constitucional é baseada no princípio da dignidade da pessoa humana. Este princípio dá valor e consistência aos direitos fundamentais. Serve como respaldo para possíveis “direitos novos” surgidos através de tratados internacionais aos quais o Brasil seja signatário, ou mesmo em decorrência de direitos implícitos em princípios contidos na própria Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. O princípio da dignidade da pessoa humana é critério imperativo do inteiro ordenamento constitucional.

#### 4.2.2 Código Penal (CP)

Baseando-se nos princípios citados, o Código Penal Brasileiro (Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940), tratando em seus artigos 23, 24 e 25 busca definir as excludentes de criminalidade, ou seja, conforme Pinto e Valério (2002, p. 57) “as causas de justificação que tornam um ato antijurídico excluído de ilicitude”, tornando o próprio delito excluído.

O Código Penal contém as causas de exclusão da antijuridicidade estabelecidas nos seus artigos 23, 24 e 25 como se vê:

##### **Exclusão de ilicitude**

**Art. 23** - Não há crime quando o agente pratica o fato:

I - em estado de necessidade;

II - em legítima defesa;

III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

##### **Excesso punível**

Parágrafo único - O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposos.

##### **Estado de necessidade**

**Art. 24** - Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de

outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

§ 1º - Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

§ 2º - Embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.

### **Legítima defesa**

**Art. 25** - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

Pinto e Valério (2002) destacam diferenças entre o “estado de necessidade” e a “legítima defesa”. Essa subentende uma agressão atual ou iminente e injusta, contra a qual haverá uma reação, enquanto no “estado de necessidade” a situação de perigo que ameaça direito do agente ou de terceiro, tem que ser atual e inevitável, além de ter que ser inexigível o sacrifício do bem ameaçado, consideradas as circunstâncias.

Führer (1999) entende respectivamente sobre estado de necessidade e legítima defesa o seguinte: Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se. (FÜHRER, 1999, p. 67).

Entende-se em legítima defesa, quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem. (FÜHRER, 1999, p. 69).

No dizer de Capez (2004, p. 256), estado de necessidade é causa de exclusão de ilicitude da conduta, quando o agente não tem o dever legal de enfrentar uma situação de perigo atual, além de não a ter provocado, e acaba por sacrificar “um bem jurídico ameaçado por este perigo, para salvar outro”.

No estado de necessidade, Capez (2004) afirma que existem dois ou mais bens jurídicos em perigo, sendo que o resguardo de um está sujeito ao extermínio do outro. Capez (2004) assevera ainda que o Código Penal adota a teoria unitária sobre estado de necessidade, pois esta é sempre considerada causa e exclusão de ilicitude, quando eivada de razoabilidade.

Capez (2004) relaciona como requisitos para ocorrência do estado de necessidade: o perigo deve ser atual, deve ameaçar direito próprio ou alheio, não

pode ter sido causado pelo agente e deve haver inexistência do dever legal de abarbar o perigo por parte do agente. Sobre a conduta lesiva, o comportamento do agente deve ser inevitável, o sacrifício deve ser razoável e ele deve estar ciente da situação justificante.

Capez (2004, p. 262) distingue três formas de estado de necessidade: “quanto à titularidade do interesse protegido”, que pode ser direito próprio ou de terceiro; “quanto ao aspecto subjetivo do agente” a situação pode ser real ou putativa, quando o perigo é imaginado pelo agente, porém não existe. E “quanto ao terceiro que sofre a ofensa”, pode ser defensivo, quando a agressão vai contra o provocador dos fatos, e agressivo, quando o agente destrói bem de terceiro inocente.

Para Capez (2004), legítima defesa é uma excludente de ilicitude onde o agente repele injusta agressão, atual e iminente, a direito próprio ou alheio, usando os meios necessários de maneira moderada. Capez (2004) diz que pela falta de proteção do Estado aos cidadãos em todos os momentos e lugares, esta excludente de ilicitude, permite que o cidadão se defenda, quando não houver outro modo. Como requisitos Capez (2004) relaciona: agressão injusta, atual e iminente, contra direito próprio ou alheio, repulsa com meios necessários e uso moderado, além do conhecimento da situação justificante.

Capez (2004, p. 273) ao se referir ao estrito cumprimento do dever legal, conceitua:

[...] causa de exclusão da ilicitude que consiste na realização de um fato típico, por força do desempenho de uma obrigação imposta por lei. O estrito cumprimento do dever legal para Capez (2004) deve derivar direta ou indiretamente da lei, e ser cumprido estritamente dentro dos limites legais. Sobre o estrito cumprimento do dever legal, Pinto e Valério (2002, p. 59) destacam que é caracterizado pela “existência de um dever funcional imposto pelo direito objetivo” emanado do poder público com caráter geral. O agente não pode exorbitar o poder que o Estado lhe conferiu.

Führer (1999) coloca que não há crime quando o agente pratica o fato em estrito cumprimento do dever legal, como no caso do policial que prende em flagrante ou que revida tiros de assaltante e acaba matando um deles.

Alvarenga (2007, p. 1) diverge de Führer (1999) quando analisando o exemplo da atividade policial militar, afirmando o seguinte:

[...] o policial que fere ou mata alguém que resiste, de forma violenta, à prisão em flagrante pode alegar, em seu favor, o contra tipo imperativo do

estrito cumprimento de dever legal? Não, pois inexiste, no caso, norma jurídica que determine ferir ou matar. A conduta do policial perfaz, então, um fato típico de lesão corporal ou de homicídio, embora justificado pela legítima defesa, se ocorrerem, é claro, os requisitos desta causa de exclusão da antijuridicidade. Quero crer, contudo, que o cumprimento do dever legal de efetuar a prisão em flagrante, e que, associado à violenta resistência, legitima a reação de defesa oposta pelo policial, merece impedir que se produza a função própria da tipicidade de ser indiciária da ilicitude do fato.

Analisando sob o ponto de vista de Alvarenga (2007), uma situação que um policial militar, utilizando-se moderadamente de técnica de artes marciais, contra agente que resiste à prisão após efetuar roubo, causando-lhe lesões, é justificado pela legítima defesa e não pelo escrito cumprimento do dever legal. Cabe, no entanto, aplicar a excludente de estrito cumprimento do dever legal para atividade policial, conforme o exemplo apresentado por Araújo (2003, p. 1): “Exemplo clássico de estrito cumprimento de dever legal é o do policial que priva o fugitivo de sua liberdade, ao prendê-lo em flagrante. Nesse caso, o policial não comete crime de constrangimento ilegal ou abuso de autoridade, por exemplo, pois que ao presenciar uma situação de flagrante delito, a lei obriga que o policial efetue a prisão do respectivo autor, mais precisamente o art. 292 do CPP [...]”

De qualquer forma, independente de qual for ponto de vista analisado, o policial militar que utilizar-se moderadamente da força necessária, para repelir agressão injusta, contra si ou contra terceiro, e culminar em lesões contra o agressor, poderá recorrer a excludentes de criminalidade. No entanto, o parágrafo único do artigo vinte três do Código Penal, segundo Pinto e Valério (2002, p. 57), refere-se à possibilidade de responsabilização do executor, do agente público, quando agindo, mesmo sob as circunstâncias da excludente de criminalidade, com excesso doloso ou culposos. Evidencia-se desta forma a necessidade de o policial possuir conhecimento técnico sob todos os níveis da aplicação da força para não incidir no parágrafo único do artigo vinte e três.

Pinto e Valério (2002, p. 62) refletindo sob este prisma, colocam que sob os olhos do poder judiciário, a ação desproporcional e imotivada, dentre outros aspectos é causada pela “falta de confiança na eficácia de suas técnicas de contenção e de defesa pessoal” ou mesmo pelo desconhecimento por parte do agente público dos efeitos que tais golpes, técnicas, podem ocasionar. Os autores colocam ainda que isto ocorre pela falta de treinamento, preparo dos policiais, bem

como insuficiente controle emocional e racionalidade, em conjunto com falta de preparo psico-motor, que lhes proporcionem “ações físicas oportunas e comedidas”.

### 5.2.3 Código de Processo Penal (CPP)

Na inteligência dos artigos 284 e 293 do CPP, o emprego da força foi estabelecido da seguinte forma:

**Art. 284** - Não será permitido o emprego de força, salvo a indispensável no caso de resistência ou de tentativa de fuga do preso.

**Art. 293** - Se o executor do mandado verificar, com segurança, que o réu entrou ou se encontra em alguma casa, o morador será intimado a entregá-lo, à vista da ordem de prisão. Se não for obedecido imediatamente, o executor convocará duas testemunhas e, sendo dia, entrará à força na casa, arrombando as portas, se preciso; sendo noite, o executor, depois da intimação ao morador, se não for atendido, fará guardar todas as saídas, tornando a casa incomunicável, e, logo que amanheça, arrombará as portas e efetuará a prisão.

O Ministério da Justiça (2006) traz ainda o Código de Processo Penal. Os artigos 284 e 293 permitem o emprego da força pelos policiais no exercício profissional. Art. 284. Não será permitido o emprego de força, salvo a indispensável, no caso de resistência ou tentativa de fuga de preso.

Art. 293. Se o executor do mandado verificar, com segurança, que o réu entrou ou se encontra em alguma casa, o morador será intimado a entrega-lo, à vista da ordem de prisão. Se não for obedecido imediatamente, o executor convocará duas testemunhas e, sendo dia, entrará à força na casa, arrombando as portas, se preciso; sendo noite, o executor, depois da intimação ao morador, se não for atendido, fará guardar todas as saídas, tornando a casa incomunicável, e logo que amanheça, arrombará as portas e efetuará a prisão. (CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, 2007)

Sobre o artigo 284, acima citado, Tourinho Filho (1997, p. 459-460) comenta que: Quando da realização da prisão, não podem seus executores fazer uso da força, a não ser nas duas hipóteses enunciadas no artigo em exame. Quanto á resistência, distingue-se em passiva e ativa. A primeira consiste num simples gesto instintivo de autodefesa, sem intenção de ofender [...]. Já a ativa, sim. Em qualquer uma dessas espécies de resistência, pode ser usada a força, dentro dos limites



indispensáveis para vencê-la. Assim, por exemplo, se o capturando deita-se ao chão, evidente que o executor seria penalmente responsabilizado se, por acaso, fizesse uso do cassetete.

#### 4.2.4 Código Penal Militar (CPM)

O Código Penal Militar estabelece as causas de exclusão da antijuridicidade em seu artigo 42, conforme se vê:

##### **Exclusão de Crime**

**Art. 42.** Não há crime quando o agente pratica o fato:

I - em estado de necessidade;

II - em legítima defesa;

III - em estrito cumprimento do dever legal;

IV - em exercício regular de direito.

**Parágrafo único.** Não há igualmente crime quando o comandante de navio, aeronave ou praça de guerra, na iminência de perigo ou grave calamidade, compele os subalternos, por meios violentos, a executar serviços e manobras urgentes, para salvar a unidade ou vidas, ou evitar o desânimo, o terror, a desordem, a rendição, a revolta ou o saque.

As excludentes de ilicitude para o Código Penal Militar seguem a doutrina análoga às excludentes do Código Penal, atendendo as regulamentações castrenses e evidentemente a forma processual.

#### 4.2.5 Código de Processo Penal Militar (CPPM)

Em seus artigos 231, 232 e 234, o CPPM estão norteados o uso da força em casos de captura em domicílio, de busca e emprego de força respectivamente, conforme se vê:

##### **Captura em Domicílio**

**Art. 231.** Se o executor verificar que o capturando se encontra em alguma casa, ordenará ao dono dela que o entregue, exibindo-lhe o mandado de prisão.

##### **Caso de Busca**

**Parágrafo único.** Se o executor não tiver certeza da presença do capturando na casa, poderá proceder à busca, para a qual, entretanto, será necessária a expedição do respectivo mandado, a menos que o executor seja a própria autoridade competente para expedi-lo.

### **Recusa da Entrega do Capturando**

**Art. 232.** Se não for atendido, o executor convocará duas testemunhas e procederá da seguinte forma:

a) sendo dia, entrará à força na casa, arrombando-lhe a porta, se necessário;

b) sendo noite, fará guardar todas as saídas, tornando a casa incomunicável, e, logo que amanheça, arrombar-lhe-á a porta e efetuará a prisão.

**Parágrafo único.** O morador que se recusar à entrega do capturando será levado à presença da autoridade, para que contra ele se proceda, como de direito, se sua ação configurar infração penal.

### **Emprego de Força**

**Art. 234.** O emprego de força só é permitido quando indispensável, no caso de desobediência, resistência ou tentativa de fuga. Se houver resistência da parte de terceiros, poderão ser usados os meios necessários para vencê-la ou para defesa do executor e auxiliares seus, inclusive a prisão do ofensor. De tudo se lavrará auto subscrito pelo executor e por duas testemunhas.

### **Emprego de Algemas**

**§ 1º** O emprego de algemas deve ser evitado, desde que não haja perigo de fuga ou de agressão da parte do preso, e de modo algum será permitido, nos presos a que se refere o Art. 242.

### **Uso de Armas**

**§ 2º** O recurso ao uso de armas só se justifica quando absolutamente necessário para vencer a resistência ou proteger a incolumidade do executor da prisão ou a de auxiliar seu.

## **4.2.6 Abuso de Autoridade (Lei n.º 4898/65)**

Sírio (2007) afirma ser abuso de autoridade qualquer ato do poder que atente contra: [...] os direitos e garantias individuais do homem, inerentes à sua liberdade de locomoção, inviolabilidade do seu domicílio, sigilo de correspondência, liberdade de consciência e crença, livre exercício do culto religioso, liberdade de associação, direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto, direito de reunião, incolumidade física do indivíduo e direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional.

Sírio (2007) afirma ainda que autoridade é considerada a pessoa que exerce cargo, emprego ou função pública de natureza civil ou militar, mesmo que transitoriamente e sem remuneração. Como sujeito passivo imediato coloca o Estado, e mediato o cidadão titular da garantia fundamental lesada. Não obstante a lei expressamente se referir a abuso de autoridade, melhor, porque, mais técnico seria, referir-se a abuso de poder. Neste sentido afirma Santos (2003, p. 17):

[...] a doutrina, de um modo geral, reconhece uma impropriedade nessa denominação, porque quando se tem por base uma relação de direito público ou função pública na qual se cometem abusos, correto seria falar-se não em abuso de autoridade, mas abuso de poder. A expressão abuso de autoridade melhor guarida encontraria nos casos de abusos, excessos ou desvios no campo das relações privadas. Na realidade, a expressão correta seria “abuso de poder”, pois nem todo funcionário público exerce uma função de autoridade.

Não é só quem detém um cargo de autoridade que pode ser sujeito ativo deste crime; basta ver o conceito legal de funcionário público. Também os funcionários públicos que não são considerados autoridade pública podem ser sujeito ativo. Neste sentido, registre-se que o Código Penal do Brasil (1940), tratando das circunstâncias agravantes, em seu artigo sessenta e um, inciso II, alíneas “f” e “g” institui diferença fundamental entre abuso de autoridade e abuso de poder:

Art. 61 - São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime:  
 [...] f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica;  
 g) com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão;

Abuso, segundo De Plácido e Fonseca (1997), “[...] é um termo usado para expressar o excesso de poder ou de direito, ou ainda o mau uso ou a má aplicação dele [...]”.

Costa (2006) referindo-se sobre a lei número 4.898 de nove de dezembro de 1965, afirma que o artigo terceiro, descreve como se constitui o abuso de autoridade, e segundo o autor, a alínea “i” do artigo, reflete uma das possibilidades em que o policial utilizando-se inadequadamente da força contra o administrado pode incidir.

Art. 3º. Constitui abuso de autoridade qualquer atentado:

...  
 i) à incolumidade física do indivíduo; (LEI 4898/95)

Segundo o autor, a Lei 4898/65 prevê sanções de natureza administrativa, civil e penal, que estão destacadas no artigo 6º da referida lei. Cunha (2004, p. 8) sobre a dificuldade do agente público de proteger-se das lacunas da lei, e acabar por incidir no crime de abuso de autoridade, posiciona-se assim: A falta de clareza dos dispositivos legais e a má compreensão dos conceitos doutrinários pelo policial podem levar ao abuso de autoridade - onde o direito legítimo do cidadão de ser protegido do uso da força excessiva pela polícia é desrespeitado; ou ao excesso de zelo - no qual o policial abre mão do seu direito à própria segurança, temendo agir com excesso.

Apesar da legislação anteriormente comentada sobre o assunto Barbosa e Ângelo apud Ministério da Justiça (2006, p. 13), diz que “o Sistema Jurídico Brasileiro apresenta lacunas e imprecisões quanto a legalidade e aos limites” do uso da força. O Ministério da Justiça (2006) coloca ainda sobre a necessidade de a Legislação Brasileira absorver uma norma única referente ao assunto para orientar policiais e cidadãos.

#### 4.2.7 Legislação Orgânica da PMPR

Pela Nota de Instrução n.º 002/2002 – PM/3, de 22 de agosto de 2002, foram estabelecidas as “Noções da Escalada do Uso de Força, na atividade Policial Militar”, estabelecendo aos integrantes da PMPR, noções da escalada do uso da força e identificação de situações que justifiquem seu emprego.

##### **OBJETIVOS:**

- a. Especificar noções da escalada do uso de força;
- b. Expor os componentes do triângulo da decisão, que vão auxiliar na definição do uso ou não de força; e
- c. Esclarecer as formas de identificação de situações de cenários”.

Havendo a preocupação em garantir a integridade física do preso e respeito à legislação internacional:

Primeiramente deve ser evidenciado, o conteúdo da Diretriz nº. 004/2.000 – PM/3 - Planejamento e Emprego da PMPR, em seu subtítulo **4. PRESSUPOSTOS BÁSICOS**, item j. Inviolabilidade do Preso/Detido, o qual refere-se a procedimentos a serem seguidos pela PMPR, sobre a prevenção do crime e o tratamento dos infratores, referente a compromissos assumidos pelo Brasil, no 8º Congresso das Nações Unidas, em 07 Set 90, os quais sempre devem nortear nossas ações e operações;

Sendo observada a necessidade de todo o efetivo obter conhecimento e treinamento para melhoria dos serviços policiais militares:

Estas noções da escalada do uso de força, deverão nortear as ações e operações dos componentes da PMPR, dentro da sua área de circunscrição, devendo todo o efetivo ser instruído sobre estes aspectos conceituais, melhorando a qualidade dos serviços a comunidade e evitando abusos de qualquer natureza

O uso legal e progressivo da força somente é legitimado quando os princípios de legalidade, impessoalidade, necessidade, proporcionalidade, conveniência e ética, são plenamente observados pelo agente do Estado no uso de suas funções, qualquer desrespeito a um desses princípios gerais gerará um ato arbitrário, evidenciando assim o uso indevido da força; o limite entre o uso legal da força e a violência policial é tênue, e somente um policial realmente preparado agirá corretamente em suas atuações profissionais.

## 5 DOUTRINA SOBRE O USO PROGRESSIVO DA FORÇA

### 5.1 MODELOS DE USO PROGRESSIVO DA FORÇA

Os principais modelos de uso progressivo da força utilizados por diferentes corporações policiais mundiais fornecem várias diretivas para emprego operacional.

A apostila *Uso Legal da Força*, do Ministério da Justiça (2006) afirma ainda que objetivando delimitar estas graduações do uso da força para orientar policiais, a partir das reações de pessoas flagradas cometendo um delito ou mesmo em atitudes suspeitas, foram criados modelos de uso progressivo da força.

Geralmente, os modelos criados recebem o nome daqueles que o criaram. O Ministério da Justiça (2006) lista alguns destes modelos, bem como sua origem:

- Modelo Flect, aplicado pelo Centro de Treinamento da Polícia Federal de Glyncó, na Geórgia, Estados Unidos da América;
- Modelo Gillespie, presente no livro *Police – Use of Force – A line officer's guide*, 1988;
- Modelo Remsberg, presente no livro *The Tactical Edge – Surviving High – Risk Patrol*, 1999;
- Modelo Canadense, utilizado pela Polícia Canadense;
- Modelo Nashville, utilizado pela Polícia Metropolitana de Nashville, EUA;
- Modelo Phoenix, utilizado pelo Departamento de Polícia de Phoenix, EUA.

### 5.1.1 Modelo FLETC

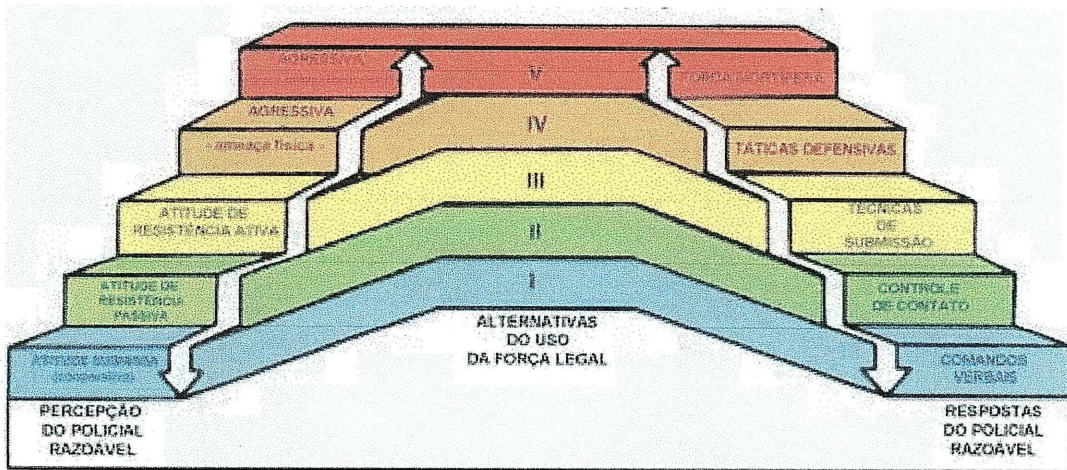


FIGURA 1 – MODELO “FLETC” DE USO PROGRESSIVO DE FORÇA

FONTE: GRAVES E CONNOR (1994, P.8; BARBOSA E ÂNGELO (2001, P. 126)

O modelo FLETC (Federal Law Enforcement Training Center) do uso da força é aplicado pelo Centro de Treinamento da Polícia Federal de Glynco, E.U.A., é composto de uma estrutura a cores, com três faces e cinco camadas, abrangendo os elementos essenciais da utilização da força na atividade policial. São também apresentadas as alternativas táticas potencialmente disponíveis ao policial para ganhar e manter o controle. Dentro dos dois painéis mais afastados da estrutura, são colocadas em destaque setas duplas duais, para descrever o processo de avaliação e seleção.

A configuração é simples, facilitando o entendimento durante a instrução inicial e reforçando a capacidade de lembrança instantânea, durante uma confrontação real. Devido à sua natureza genérica, o modelo não pode apenas incorporar imediatamente os instrumentos e táticas mais modernas, mas pode ser adaptado a todas as instruções policiais.

O modelo apóia a premissa e a prática amplamente aceita da aplicação progressiva da força, o que implica a seleção adequada de opções de força em resposta ao nível de submissão do indivíduo a ser controlado. Por exemplo, cada encontro entre o policial e o cidadão deve fluir em uma seqüência lógica e legal de causa e efeito, baseada na percepção do risco por parte do policial. Este fluxo deve ser capaz de aumento ou intervenção, assim como de diminuição ou não-intervenção, durante um confronto.

A aplicação progressiva da força compreende três elementos principais de ação: instrumentos, táticas e uso do tempo. Os instrumentos incluem os tópicos disponíveis no currículo dos programas contemporâneos de treinamento – armas, procedimentos, perspectivas comportamentais, etc. As táticas incorporam esses instrumentos às estratégias necessárias e viáveis no contexto da iniciativa de repressão, enquanto o uso do tempo é demonstrado pela presteza da resposta do policial às ações do indivíduo.

A ênfase do confronto deve situar-se primordialmente nas "ações" do indivíduo, e não no "ator" da situação. Além disto, a resposta do policial deve ser preventiva, baseada na experiência; ativa, dentro dos limites da segurança e da eficácia; e reativa, para prevenir ações agressivas futuras por parte do transgressor.

As setas duplas descrevem o processo de avaliação e seleção de alternativas.

Segundo a apostila *Uso Legal da Força*, do Ministério da Justiça (2006) “trata-se de um modelo de fácil adaptação a todas as organizações policiais e pode ser utilizado perfeitamente pela polícia”.

O espectro estrutural de cores é uma parte fundamental do modelo. Cinco cores formam “Código de Cor da Avaliação de Risco”, selecionadas do espectro básico de luz, apoiado cientificamente, incluem:

- Percepção Profissional - A cor azul, modalidade mais baixa de atividade no aspecto das cores, representa o fundamento do processo perceptivo. Este nível de percepção abrange as atividades policiais do dia-a-dia e as exigências cruciais do ambiente em que funcionamos.
- Percepção Tática - No segundo nível de percepção, codificado pela cor verde, o policial percebe um aumento da ameaça no cenário do confronto e põe em prática as estratégias específicas de segurança.
- Percepção do Limiar de Ameaça - O terceiro nível do modelo usa a cor amarela, para sinalizar o aumento do estado de alerta devido à percepção da ameaça e ao perigo detectado.
- Percepção de Ameaça Danosa - A cor laranja denota uma constatação acelerada do perigo para o policial, que deve agora apontar suas energias e suas táticas na direção da defesa.





Segundo a Apostila do Uso Legal da Força do Ministério da Justiça “a atitude do suspeito é dividida em quatro colunas que estão subdivididas respectivamente em situações diferentes sobre a percepção do policial em relação a ele. Para a progressão de força, possui cinco níveis, com subdivisões crescentes de respostas pelo policial, que interagem entre si”.

Este modelo correlaciona a atitude do suspeito com a avaliação de risco, condição mental do policial e resposta de força a ser utilizada. A verbalização é uma graduação de força que se interage com os outros níveis, prossegue até o penúltimo nível, antes de usar a força letal.

Tal modelo é mais complexo que o anterior, porém completo em suas opções de ação e reação; havendo compreensão de sua dinâmica o policial estará apto a realizar o correto uso progressivo da força, porém exige o devido treinamento.

6.1.3 Modelo Remsberg



FIGURA 3 – MODELO “REMSBERG” DE USO PROGRESSIVO DE FORÇA  
FONTE: APOSTILA DO USO LEGAL DA FORÇA DA SEANSP (2006)



O Modelo Remsberg foi apresentado no livro “The tactical Edge Surviving High – Risk Patrol – 1999, concebido em forma de degraus em elevação, os mais baixos representam níveis de força mais baixos e os mais altos, simbolizam os níveis de força mais altos.

Inexiste neste modelo correlação entre o nível de força com a ação do suspeito ou ainda sobre a percepção do risco por parte do policial. Cada nível é subdividido em subníveis, estando todos em ordem crescente de baixo para cima, em caso de mudanças de situação, deve-se subir ou descer os níveis.

Apresenta grande facilidade de assimilação, porém não é completo, trabalha apenas o escalonamento do uso da força.

#### 5.1.4 Modelo Canadense

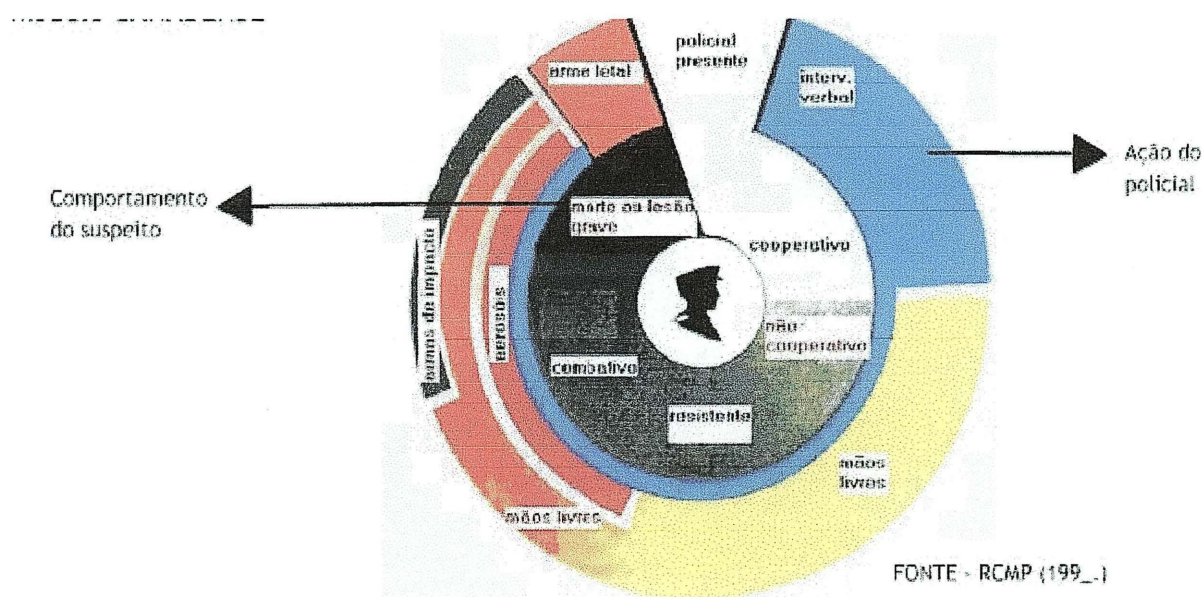


FIGURA 4 – MODELO “CANADENSE” DE USO PROGRESSIVO DE FORÇA

FONTES: APOSTILA DO USO LEGAL DA FORÇA DA SEANSP (2006)

O modelo canadense é considerado um dos modelos mais apropriados, pela facilidade de aprendizagem e riqueza de conteúdo em sua formulação gráfica, composto por círculos sobrepostos e subdivididos em níveis diferentes. O círculo interno corresponde ao comportamento do suspeito e o círculo externo à ação de resposta do policial.

No círculo interno há cinco subdivisões representando a ação do suspeito, com cinco cores da branca a cor preta, representando ação de menor ameaça do suspeito até de maior ameaça. No círculo externo, subdividido em sete cores, corresponde a ação que deverá ser realizada pelo policial nos diversos níveis de força.

Percebe-se que neste modelo a ação do policial pelo do uso das mãos livres, ocorre desde o comportamento não cooperativo até mesmo quando ocorre a possibilidade do agente causar lesões graves. Vê-se a presença do uso de aerossóis (agentes químicos) bem como, armas de impacto (ex.: cassetete, bastão tonfa), a partir de ações combativas do agente. No entanto, a utilização de mãos livres, permanece constante.

Este modelo é bastante prático, de fácil compreensão e memorização, podendo ser facilmente adaptado para utilização na PMPR

5.1.5 Modelo Nashville

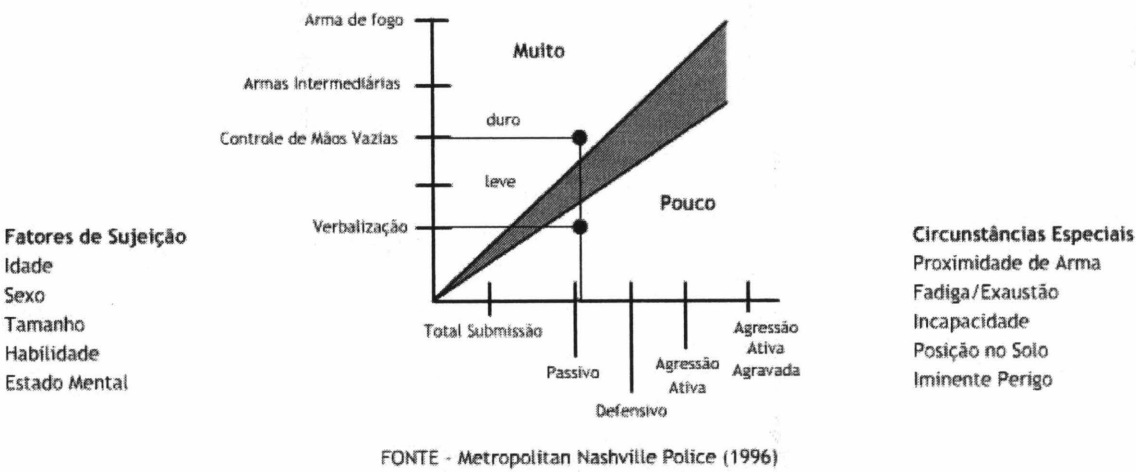


FIGURA 5 – MODELO “NASHVILLE” DE USO PROGRESSIVO DE FORÇA  
FONTE: APOSTILA DO USO LEGAL DA FORÇA DA SEANSP (2006)

Utilizado pela Polícia Metropolitana de Nashville, E.U.A., este modelo tem formato gráfico pautado em um sistema cartesiano, cujo eixo “x” representa a atitude dos suspeitos, dividido em cinco níveis, e o eixo “y” representa aos quatro níveis de força.



Sua utilização é feita através da análise do gráfico formado pelo cruzamento dos eixos, é um modelo simples, com duas variáveis para o uso da força, uma mais severa e outra menos severa, porém não traz a avaliação de risco para o policial.

5.1.6 Modelo Phoenix

Categorias de uso progressivo da força - Departamento de Polícia de Phoenix (EUA)	
Polícia	Suspeito
0. Ausência de força	0. Ausência de resistência
1. Presença policial	1. Intimidação psicológica
2. Comandos verbais	2. Não-submisso
3. Controle e imobilização (algemar)	3. Resistência passiva
4. Agentes químicos	4. Resistência defensiva
5. Táticas e armas	5. Atitude agressiva
6. Arma de fogo / força letal	6. Arma de fogo / resistência letal

FIGURA 6 – MODELO “PHOENIX” DE USO PROGRESSIVO DE FORÇA  
FONTE: PHOENIX DEPARTMENT POLICE (1998)

Modelo utilizado pelo Departamento de Polícia de Phoenix, E.U.A., é muito simples, elaborado em forma de tabela, com duas colunas, a da esquerda representa a ação do policial e a da esquerda simboliza a ação do suspeito.

O primeiro nível mostra a ausência de força e de resistência pelo suspeito, aumentando até o último nível.

5.2 ANÁLISE COMPARATIVA DOS MODELOS APRESENTADOS

Estes modelos apresentados pelo Ministério da Justiça (2006) possuem algumas semelhanças interessantes. O modelo Flect e o modelo Remsberg, mostram formas de aplicar a força conforme a reação do indivíduo.

No modelo Flect ocorrem cinco degraus, representando o escalonamento do uso da força.



O modelo Remsberg também é representado por cinco degraus de escalonamento do uso da força. No entanto, possui ainda, detalhes sobre como utilizar-se da força necessária para conter a reação em cada degrau.

A apostila do Uso legal da Força do Ministério da Justiça (2006) faz a análise comparativa dos modelos apresentados:

Modelo	Sistema de Cores	Níveis de Forças (alternativas)	Avaliação da Atitude do Suspeito	Percepção de Risco	Formato
FLECT	Cinco cores representando níveis diferentes do gráfico de força	Cinco níveis: 1. Comandos Verbais 2. Controles de contato 3. Técnicas de submissão 4. Táticas de detenção 5. Força mortífera	Cinco níveis: 1. Submissa 2. Resistência Passiva 3. Resistência Ativa 4. Ameaça física 5. Ameaça mortal	Cinco níveis: 1. Profissional 2. Tática 3. Limiar de ameaça 4. Ameaça danosa 5. Ameaça mortal	Gráfico em forma de degrau, com cinco níveis e três painéis
GILIESPIE	Quatro cores representando níveis diferentes de percepção do policial e atitude do suspeito	Cinco níveis que interagem entre si: 1. Presença 2. Verbalização 3. Técnicas de mão 4. Armas de impacto 5. Armas de fogo / força letal	Quatro níveis: 1. Cooperativo 2. Não cooperativo 3. Agressivo desarmado 4. Agressivo armado	Três níveis: 1. Ameaça desconhecida 2. Tipo de atividade criminal investigativa 3. Alto risco	Tabela com uso de cores
REMSBERG	Inexistente	Cinco níveis subdivididos em outros níveis 1. Presença 2. Verbalização 3. Técnicas de mão 4. Armas de impacto 5. Armas de fogo / força letal	Inexistente	Inexistente	Gráfico em forma de degraus
CANADENSE	Sete cores, cada cor este relacionada com o nível de força utilizado pelo policial	Sete níveis: 1. Presença policial 2. Comandos verbais 3. Mãos livres (leve) 4. Mãos limpas (mais severo) 5. Aerosóis 6. Arma de impacto 7. Arma letal	Cinco níveis: 1. Cooperativo 2. Não cooperativo 3. Resistente 4. Combativo 5. Morte ou lesão grave	Não está presente em modelo gráfico. É colocado como observação	Círculos sobrepostos
NASHVILLE	Inexistente	Quatro níveis: 1. Verbalização 2. Controle de mãos 3. Uso de armas intermediárias 4. Uso de armas de fogo	Cinco níveis: 1. Total submissão 2. Passivo 3. Defensivo 4. Agressão ativa 5. Agressão ativa agravada	Inexistente, porém insere obs. Sobre fatores e circunstâncias que influenciam a avaliação do uso da força	Eixo de coordenadas "x,y"
PHOENIX	Inexistente	Sete níveis: 1. Ausência de força 2. Presença policial 3. Comandos verbais 4. Controle e imobilização (algemar) 5. Agentes químicos 6. Táticas e armas 7. Armas de fogo / Força letal	Sete níveis: 1. Ausência de resistência 2. Intimidação psicológica 3. Não submisso 4. Resistência passiva 5. Resistência defensiva 6. Atitude agressiva 7. Arma de fogo (leta)	Inexistente	Tabela com duas colunas

QUADRO 1: ANÁLISE COMPARATIVA DOS MODELOS ESTUDADOS

FONTE: APOSTILA DO USO LEGAL DA FORÇA DA SEANSP (2006)



Pelas orientações da apostila do Uso legal da Força do Ministério da Justiça (2006):

“Em essência, os modelos estudados são semelhantes entre si. Eles relacionam o uso progressivo da força pela polícia à atitude demonstrada pelo suspeito.

Alguns como os modelos “Fletc”, “Gilliespie”, colocam uma avaliação de risco como parte integrante do gráfico e outros não. Dos modelos estudados, três são interessantes para serem utilizados pela Polícia Brasileira, por terem um conteúdo mais completo e reproduzirem bem a realidade operacional da polícia: modelos “Fletc”, “Gilliespie” e “Canadense”. Consideramos, porém, o modelo “Canadense”, o mais indicado, por apresentar facilidade de aprendizagem e riqueza de conteúdo de forma gráfica.

A adoção de um modelo pela Polícia é perfeitamente viável. Servirá para orientar os policiais no seu dia-a-dia operacional, dando-lhes um parâmetro mais perceptível quando, onde, como e porque fazer uso da força. Além do mais, uma vez utilizada a força, fornece um bom fundamento para a avaliação e acompanhamento do processo por parte da organização policial, facilitando o planejamento, treinamento, supervisão e a revisão sobre o assunto.

A divulgação ampla do modelo escolhido é o segredo para o sucesso de seu emprego. Na prática, o uso de um modelo é realizado através da distribuição de cartões plastificados para policiais, através de cartazes colocados em locais de reuniões, em salas de aula, durante o treinamento de abordagens, estudos de casos, dentre outros”.

### 5.3 PROPOSTA DE UM MODELO BÁSICO DO USO PROGRESSIVO DE FORÇA

A apostila de Uso Legal da Força, fornecida pelo Ministério da Justiça (2006), após analisar diversos tipos de modelos de uso da força, propõe a adoção de um modelo básico de uso progressivo da força:

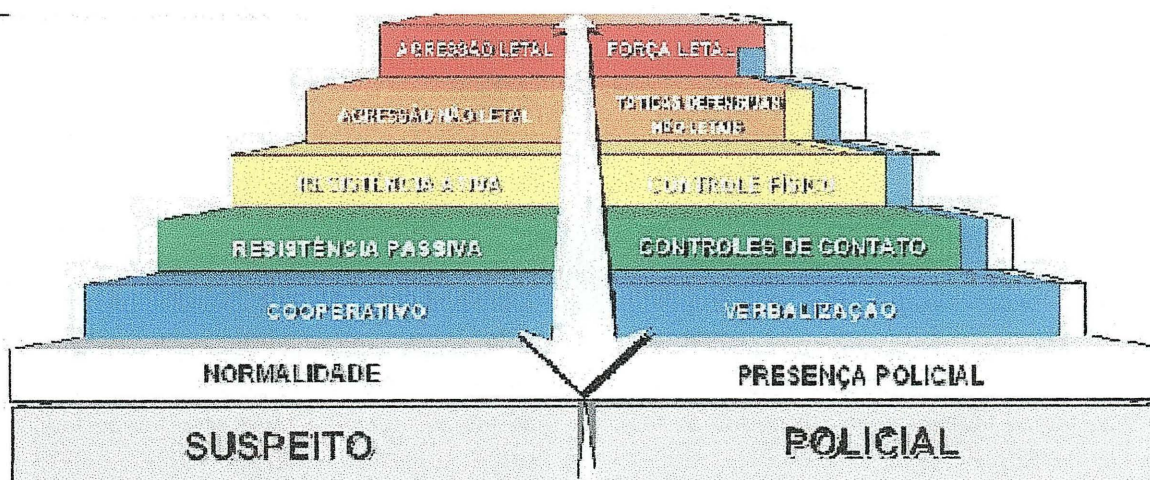


FIGURA 7 – MODELO BÁSICO DO USO PROGRESSIVO DA FORÇA

FONTE: APOSTILA DO USO LEGAL DA FORÇA DA SEANSP (2006)

Este modelo é bastante similar ao modelo Flect, com seus níveis de aplicação do uso progressivo da força sua descrição segundo a apostila Uso Legal da Força, fornecida pelo Ministério da Justiça (2006), é o seguinte:

O modelo apresentado é um gráfico em forma de trapézio, com degraus em seis níveis, representados por cores. De um lado (esquerdo) temos a percepção do policial em relação à atitude do suspeito. Do outro lado (direito), encontramos as respostas (reação) de força possíveis em relação à atitude do suspeito.

A seta, que é dupla, descreve o processo de avaliação e seleção de alternativas. De acordo com a atitude do suspeito, haverá uma reação do policial, na respectiva camada. Os níveis são crescentes de baixo para cima.

Relembrando que o uso efetivo da força depende da compreensão sobre as relações de causa e efeito entre o policial e o suspeito, gerando uma avaliação prática e conseqüente resposta. Observando-se as ações do suspeito dentro de um contexto de confrontação, o policial escolhe o nível mais adequado de força a ser usado, ou não.

A forma gráfica é extremamente semelhante ao modelo Flect, permitindo a discricionariedade do policial para cada caso concreto, continuando o texto:

a prática, sua resposta como policial será orientada pelo procedimento do suspeito. Ele decide o que quer de você, e, com suas próprias ações ou pelo modo como se comporta, esse suspeito justificará a utilização de certo nível de força pela polícia. Você deve empregar apenas a força necessária para controlá-lo.

Da base para o topo, cada nível representa um aumento na intensidade de força, isto é, a escala se move daquelas opções que são mais reversíveis para aquelas que são menos reversíveis; daquelas que oferecem menor certeza de controle, para aquelas que oferecem maior certeza. Assim, quanto mais você sobe na escala de nível, maior será a necessidade de se justificar posteriormente.

Este modelo assim favorece opções muita rápidas e práticas por parte do policial; sobre resistências:

Uma vez que existam resistência e agressões em variadas formas e graus de intensidade, o policial terá que adequar sua reação à intensidade da agressão, estabelecendo formas de comandar e direcionar o suspeito provendo seu controle. Em contato com um suspeito que está atentando contra a sua vida, é claro que você não terá que progredir nível por nível sua escala de força até você alcançar alguma força de fazê-lo parar. O ideal é que você fale antes e use a força somente se sua habilidade de negociar falhar. Existem, entretanto, circunstâncias em que você poderá dizer nada além de 'Pare'.

Você pode mentalmente percorrer toda a escala de força em menos de um segundo e escolher a resposta que lhe parecer mais adequada ao tipo de ameaça que enfrenta. Se sua manobra falha ou as circunstâncias mudam, você pode aumentar seu poder, ampliando o nível de força de um modo consciente, ao invés de agir com raiva ou medo. Essa avaliação entre as opções para a abordagem ajuda você a manter seu equilíbrio tático.



Pelas características próprias não se pode qualificar os modelos como “melhor” ou “pior”, cada modelo apresentado foi produzido devido a fatores regionais, culturais e de necessidade de emprego operacional para uma determinada polícia e segundo a ótica de cada estudioso criador do modelo; em comum reside o principal fato de que todos destacam a utilização de técnicas menos agressivas antes da utilização da arma de fogo.

Após análise dos modelos apresentados este estudo sugere para o emprego na Polícia Militar do Paraná, além do modelo proposto pelo Ministério da Justiça, o possível emprego do modelo Flect ou do modelo Canadense, pelas vantagens de serem mais abrangentes à atividade policial militar, considerando a facilidade de compreensão e treinamento para os policiais militares e pela abrangência de informações práticas em ações policiais.

#### 5.4 USO PROGRESSIVO DA FORÇA

O trabalho policial é uma atividade extremamente complexa. Apesar de o Estado conferir ao encarregado da aplicação da lei o “poder” de usar a força, esta somente deve ser empregada quando a lei e o bom senso permitirem, isto é, quando atenderem aos princípios da legalidade, necessidade e proporcionalidade. Em outras palavras, “quando todos os outros meios para atingir um objetivo legítimo tenham falhado (...)”. (ROVER, 2005).

Os organismos policiais no mundo todo e, especialmente no Brasil, vêm passando por profundas reformulações tendo em vista atender as crescentes demandas sociais, que exigem desses órgãos, especialização e profissionalismo, além da rigorosa observância à garantia dos Direitos Humanos. Bayley(2001) chama atenção que o caráter público, a especialização e o profissionalismo são sinônimos do policiamento moderno.

Segundo esse autor, as forças policiais públicas são “pagas por e controladas pelas comunidades, agindo coletivamente”.(BAYLEY, 2001). São especializadas quando possuem “exclusividade em desempenhar uma tarefa” (BAYLEY, 2001) e profissionais quando “conota uma atenção explícita dada à conquista da qualidade no desempenho” (BAYLEY, 2001).

O uso legítimo da força pressupõe além dos princípios éticos e morais, que seja baseado na legalidade, necessidade, oportunidade e proporcionalidade.

Infelizmente, em grande número de situações, os conflitos não são dirimidos de maneira pacífica e, de acordo com a legislação nacional, os policiais têm o dever de usar a força – uma força legítima – quando o objetivo não puder ser alcançado de outro modo.

Justifica-se a conclusão de que o uso da arma de fogo seja visto como o último recurso. Os riscos envolvidos no uso da arma de fogo em termos de danos, ferimentos (graves) ou morte, assim como não apresentar nenhuma opção real após seu uso, transforma-a na última barreira na elevação dos riscos de uma situação a ser resolvida. (Rover, 2005).

Antes, porém, da utilização da arma de fogo, o encarregado da aplicação da lei deve selecionar adequadamente as opções de força em resposta ao nível de submissão do indivíduo suspeito ou infrator a ser controlado.

O cerne da teoria do uso progressivo da força é estabelecido na divisão da força em diferentes níveis, de forma gradual e progressiva, iniciando pela presença policial, passando para a verbalização, controle de contato, técnicas de submissão e táticas defensivas não-letais, sendo o uso letal utilizado quando todas as medidas não-letais mostrarem-se infrutíferas e houver iminente perigo à vida dos policiais ou de terceiros por parte do agressor.

A presença policial é representada pela postura do policial, composta pela sua posição, forma de falar, seu uniforme e equipamento e o uso adequado de suas mãos. Em resumo, pela forma de dirigir-se ao público. As medidas iniciais como a atitude, posição, distância e coordenação adequada com o companheiro são as bases de uma boa intervenção e proporcionam uma vantagem antecipada.

As técnicas de diálogo são representadas pela capacidade de comunicação com o público. Significa dirigir-se de forma adequada, clara, concisa, e em atitude cortês e profissional. O policial deve utilizar a palavra como ferramenta de negociação, manipulando verbalmente o agressor e induzindo-o a conciliação. Um aspecto importante a ser considerado é a concordância entre as palavras e os gestos.

O controle manual (ou técnicas de mãos vazias) é representado pela utilização de técnicas simples e eficazes de imobilizações e revista. A força deve ser proporcional à reação do suspeito. O policial deve atentar para os princípios da

legalidade, proporcionalidade, oportunidade e necessidade. A legalidade indica que a ação encontra respaldo na legislação nacional. A proporcionalidade é o parâmetro utilizado pelo policial para utilização da força numa escala maior ou menor e varia de acordo com as reações do agressor ou suspeito. O princípio da oportunidade reza que a atuação policial deve se dar no momento exato da ação do suspeito. Finalmente, a necessidade baliza a utilização da força nos casos em que ela se torna realmente necessária.

Quando o suspeito se torna agressivo ou não obedece às ordens do encarregado da aplicação da lei, o policial deve utilizar meios menos letais que são representados por elementos intermediários entre o uso da força física e o emprego de armas de fogo. Faz-se importante ressaltar que todo policial deve possuir equipamentos menos letais como bastão policial, bastão PR-24 ("tonfa"), bastão extensível, gás pimenta, etc. e, sobretudo, ter pleno conhecimento do aspecto legal e técnico da utilização desses meios.

Como já foi observado, o uso da arma de fogo deve ser o último recurso a ser utilizado, o que não diminui o dever de todo policial de estar em condições de fazer uso de sua arma, caso a situação venha requisitar seu emprego. Mesmo com o Estado autorizando o agente policial a usá-la, os policiais são treinados para causar menos danos ao suspeito.

Segundo Williams (2001), o uso progressivo da força é a seleção adequada de opções de força pelo policial em resposta ao nível de submissão do indivíduo suspeito ou infrator a ser controlado. O uso progressivo da força pode também ser definido como uma ferramenta para ajudar na determinação de que técnicas ou nível de força é apropriada para as várias situações que possam surgir. É uma lista de técnicas que possuem uma graduação que vai das mais 'fracas' ou menos violentas até as mais 'fortes' ou mais extremas, como a força letal.

Conforme Graves e Connor (1994), a aplicação da força compreende três elementos principais da ação: instrumentos, táticas e uso do tempo.

Os instrumentos incluem os tópicos disponíveis no currículo dos programas de treinamento da organização policial tais como as armas e equipamentos disponíveis, os procedimentos, perspectivas comportamentais, dentre outros;

As táticas incorporam os instrumentos às estratégias consideradas necessárias e viáveis no contexto da iniciativa de repressão;

O tempo é demonstrado pela presteza da resposta do policial às ações do indivíduo, medida em termos da instabilidade e da necessidade.

A apostila do Uso Legal da Força (2006), do Ministério da Justiça, estabelece que a ênfase do confronto situa-se nas ações do indivíduo suspeito ou infrator, cuja resposta do policial será: preventiva, baseada em sua experiência, ativa, dentro dos limites da segurança e eficácia e reativa para prevenir ações agressivas por parte do transgressor.

Segundo Vianna (2000), a ordem de prioridade deve pressupor que a polícia, pela sua própria condição, deve aceitar alguns riscos e estar certa de que o público em geral não será exposto ao perigo e que o emprego de armas e métodos serão previamente avaliados para cada caso.

## 5.5 NÍVEIS DE FORÇA

O ponto central da teoria do uso progressivo da força é a divisão da força segmentada em níveis distintos, seguindo uma forma gradual, escalonada e progressiva. Cada nível a ser empregado será o que se adequar às circunstâncias das oposições encontradas, assim como dos atos dos opositores durante um confronto.

Segundo a apostila do Uso Legal da Força (2006), do Ministério da Justiça os níveis de força apresentam cinco alternativas adequadas do uso da força legal como formas de controle a serem utilizadas pelos policiais, como adiante se vê:

Nível 1 – Presença física

Nível 2 – Verbalização

Nível 3 – Controles de contato ou controle de mãos livres

Nível 4 – Técnicas de submissão (controle físico)

Nível 5 – Táticas defensivas não letais

Nível 6 – Força Letal

Nível 1 – Presença física

Estabelecida pela presença do policial uniformizado, cuja presença ostensiva é suficiente para conter uma contravenção ou crime. Sem dizer uma palavra, um policial alerta poderá deter um criminoso passivo.

## Nível 2 – Verbalização

Baseada na ampla variedade de habilidades de comunicação por parte do policial, capacitando aceitação geral que a população tem da autoridade. É utilizada em conjunto com a presença física do policial e pode usualmente alcançar os resultados desejados. As palavras podem ser sussurradas, utilizadas normalmente ou gritadas dependendo da atitude do suspeito.

Este nível de força pode e deve ser utilizado em conjunto com outro nível de força, sempre que possível. O treinamento contínuo e a experiência melhoram a capacidade do policial para verbalizar. Segundo Rover, a comunicação é o caminho preferível para se alcançar os objetivos de uma aplicação de lei legítima.

## Nível 3 – Controles de contato ou controle de mãos livres

Trata-se de emprego de talentos táticos por parte do policial para assegurar o controle e ganhar cooperação. Em certas situações haverá a necessidade de dominar o suspeito fisicamente. Nesse nível, os policiais utilizam-se primeiramente de técnicas de mãos livres para imobilizar o indivíduo. Compreende-se em técnicas de condução e imobilizações, inclusive pelas algemas.

## Nível 4 – Técnicas de submissão (controle físico)

Emprego da força suficiente para superar a resistência ativa do indivíduo, permanecendo vigilante em relação aos sinais de um comportamento mais agressivo. Nesse nível, podem ser utilizados cães, técnicas de forçamentos e agentes químicos mais leves. Existe resistência violenta do suspeito.

## Nível 5 – Táticas defensivas não letais

Uma vez confrontado com as atitudes agressivas do indivíduo, ao policial é justificado tomar medidas apropriadas para deter imediatamente a ação agressiva, bem como ganhar e manter o controle do indivíduo, depois de alcançada a submissão. É o uso de todos os métodos não-letais, mediante gases fortes, forçamento de articulações e uso de equipamentos de impacto (bastão policial, "tonfa"). Aqui ainda se enquadram todas as situações de utilização das armas de fogo, desde que excluídos os casos de disparo com intenção letal (sacar e apontar a arma com finalidade de controle intimidatório do suspeito, dentro dos procedimentos da verbalização).



Nível 6 – Força Letal

Ao enfrentar uma situação agressiva que alcança o último grau de perigo, o policial deve utilizar táticas absolutas e imediatas para deter a ameaça mortal e assegurar a submissão e controle definitivos. É o mais extremo uso da força pela polícia, e, só é utilizada em último caso, quando todos os outros recursos já tiverem sido experimentados.

A possibilidade de se ter um equipamento ou arma não-letal faz com que o policial tente utilizar outros meios que não esse. Caso contrário, sendo o único recurso disponível, o policial poderá fazer um disparo letal.

O uso da força letal constitui-se em uma medida extrema e somente justificada para a legítima defesa da vida própria ou de outrem, defendendo haver uma ameaça ou agressão com força letal, cuja resposta por parte do policial deverá estar em consonância com o ordenamento jurídico da nação, ser necessária, proporcional e oportuna.

A Nota de Instrução n.002/2002 – PM/3 da PMPR traz a seguinte especificação sobre os níveis de força:

Níveis de Escalada da força	Percepção quanto ao agressor	Resposta contra o agressor
I	Submissão às ordens, cooperação, o cidadão cumpre a ordem legal.	Controle verbal, advertência, o PM utiliza do poder de convencimento da palavra.
II	Resistência passiva, o cidadão senta ou deita no chão, para evitar cumprir a ordem legal.	Controle de contato, retirada, o PM pode auxiliado por outro companheiro, carregar o cidadão de onde se encontra.
III	Resistência ativa, o cidadão usa força física, para evitar cumprir a ordem legal.	Controle físico, imobilização ou algemamento se necessário, o PM utiliza de técnicas de defesa pessoal.
IV	Agressão física não letal, o cidadão agride fisicamente ou utiliza objetos contundentes para evitar cumprir a ordem legal.	Táticas e técnicas defensivas não letais, o PM utiliza de armas não letais, PR-24 (tonfa) espargidores, etc.
V	Agressão física letal, o cidadão utiliza de armas letais, revólver, pistola, espingarda, etc., para evitar cumprir a ordem legal.	Força letal, o PM utiliza de armas letais, revólver, pistola, espingarda, etc., dentro do espectro da legítima defesa e do estrito cumprimento do dever legal.

**Obs.: No momento em que o cidadão interrompa qualquer forma de resistência ou agressão, o PM também deverá retrair a resposta ao agressor, obviamente não se descuidando “nunca” das técnicas e táticas de sobrevivência policial.**

No uso da força letal essa Nota de Instrução observa que o uso da força letal deverá, além do aspecto legal, considerar três fatores, classificados como triângulo de decisão, formado pelos seguintes elementos: habilidade, oportunidade e perigo.

A habilidade abrange os meios físicos que capacitam um suspeito, a provocar agressão letal, a oportunidade baseia-se no potencial do suspeito em utilizar os meios físicos “habilidade”, no momento da agressão letal, e, o perigo é a constatação de agressão do suspeito, com “habilidade” e “oportunidade” para causar o dano físico letal.

Quando materializa-se a situação de “perigo”, que é a somatória da “habilidade”, mais a “oportunidade”, justifica-se o revide à eminente e injusta intenção de provocar dano físico letal.

O uso legal e progressivo da força somente será obtido de uma forma correta e devida se forem observados os elementos principais de ação (instrumentos, táticas e uso do tempo), verificada qual é a ênfase do confronto (preventiva, ativa ou reativa) e escolhido qual dos níveis de força progressiva (presença física, verbalização, controle de contato, técnicas de submissão, táticas defensivas não-letais) será utilizado.

Analisando-se preliminarmente os aspectos do “Triângulo da força letal” (habilidade, oportunidade e risco), bem como os níveis de submissão do suspeito (normalidade, cooperativo, resistente passivo, resistente ativo, agressão não-letal, agressão letal) e a percepção de risco (percepção profissional, percepção tática, percepção do limiar de ameaça, percepção de ameaça danosa, percepção de ameaça mortal), pode-se estruturar a menor estratégia de ação.

Para obtenção do sucesso operacional no atendimento a ocorrências policiais, o policial militar deverá sempre analisar as circunstâncias e aspectos que influenciam no nível da força aplicada e o modelo convencionado pela instituição, bem como observar os princípios essenciais do uso da força (Legalidade, Necessidade, Proporcionalidade, Conveniência e Ética).

A inobservância de qualquer um desses elementos poderá transformar o uso legal da força em violência policial arbitrária.

## 5.6 UTILIZAÇÃO DOS NÍVEIS DE FORÇA

Segundo a apostila do Uso Legal de Força (2006), do Ministério da Justiça, dentro de cada nível de força, podem existir subdivisões de intensidade que indicam que mesmo dentro de determinada resposta de força, existem opções de menor ou maior força.

Cabe ao policial selecionar a opção de nível de força que mais se ajusta à resistência enfrentada. A progressão será avaliada e adequada ao tipo de ação de suspeito. Se um nível de força já adotado falha ou as circunstâncias mudam, o policial pode e deve aumentar o nível de força utilizada de forma consciente.

Segundo MOREIRA (2001), cada nível de força utilizado representa um aumento na intensidade da força. Quanto maior o nível da força, menos reversível será, maior certeza de controle haverá e maior será a necessidade de sua justificativa.

Conforme HUNTER (2001), o uso progressivo consiste em níveis de força representados em uma escala. Para se alcançar os resultados desejados, cada situação deve ser abordada no nível o mais baixo possível, tendo em vista os fatores de segurança dos policiais e responsabilidades da organização policial. Esclarece ainda que o uso da força em um nível “abaixo de necessário” poderá expor o policial ou outros a um perigo. Um nível “acima de necessário” poderá ser considerado abuso de poder. E por isso, uma avaliação correta de nível de força é muito importante para se atingir os objetivos legítimos do uso da força.

Segundo MOREIRA (2001), se o policial possui confiança e habilidades nos componentes verbais ou físicos da escala do uso da força, é menos provável que venha a recorrer à sua arma prematuramente.

O nível de força utilizada dependerá, em boa parte, do nível de confiança que o policial possui. O nível de confiança por parte do policial militar ao intervir em uma ocorrência será tanto maior quanto for o seu nível de treinamento, conhecimento de técnicas, experiência e possibilidade de uso de equipamentos e tipos de armas diferentes.

Conforme diz WILLIAMS (2001), um alto nível de confiança do policial possibilita um grau maior de escolha entre: tentar evitar o uso da força; ser capaz de decidir por usar a força; e usar a força com conhecimento.



A escolha do nível adequado de força a ser usado depende muito de como o policial está equipado e como está treinado. A opção variada de uso de equipamentos como cassetetes (“tonfa”), gás pimenta ou lacrimogêneo, armas não-letais, coletes à prova de balas, conhecimento de técnicas de defesa pessoal, possibilita aumento da confiança do policial.

Os policiais devem ser equipados com vários tipos de armas e munições, permitindo um uso diferenciado de força e armas de fogo, devem ser equipados com equipamentos de autodefesa como escudos, capacetes, coletes à prova de balas e meios de transporte blindados, de modo a diminuir a necessidade do uso de armas de qualquer espécie. (ONU, 1990).

#### 5.6.1 Níveis de Submissão dos Suspeitos

Segundo a apostila do Uso Legal de Força (2006), do Ministério da Justiça, os suspeitos encontrados no atendimento de ocorrências policiais se enquadram em uma das seguintes situações:

- a) Normalidade: é a situação rotineira de patrulhamento em que não há necessidade intervenção da força policial.
- b) Cooperativo: o suspeito é positivo e submisso às determinações dos policiais. Não oferece resistência e pode ser abordado, revistado e algemado facilmente, caso seja necessário prende-lo.
- c) Resistente passivo: em algumas intervenções, o indivíduo pode oferecer um nível preliminar de insubmissão. A resistência do suspeito é primordialmente passiva, com ele não oferecendo resistência física aos procedimentos dos policiais, contudo, não acata às determinações, fica simplesmente parado. Ele resiste, mas sem reagir, sem agredir.
- d) Resistente ativo: a resistência do indivíduo tornou-se mais ativa, tanto em âmbito quanto em intensidade. A indiferença ao controle aumentou a um nível de forte desafio físico. Como exemplo, podemos citar o suspeito que tenta fugir empurrando o policial ou vítimas.
- e) Agressão não-letal: a tentativa do policial de obter uma submissão à lei chocou-se com a resistência ativa e hostil, culminando com um ataque físico do suspeito ao policial ou a pessoas envolvidas na intervenção.
- f) Agressão letal: representa a menos encontrada porém, a mais séria, ameaça à vida do público e do policial. O policial pode razoavelmente concluir que uma vida está em perigo ou existe a probabilidade de grande dano físico às pessoas envolvidas na intervenção, como resultado da agressão.

### 5.6.2 Percepção de Risco

No atendimento de uma ocorrência policial todo contato entre o policial e o cidadão deve transcorrer em uma sequência lógica e legal de causa e efeito, o policial deve estar atento à percepção do risco. Os policiais podem, conforme a apostila do Uso Legal de Força (2006), do Ministério da Justiça, classificá-la da seguinte forma:

- a) Percepção profissional: Representa o fundamento do processo perceptivo. Este nível de percepção abrange as atividades policiais do dia-a-dia e as exigências cruciais do ambiente em que funciona.
  - b) Percepção tática: O policial percebe um aumento de ameaça no cenário do confronto.
  - c) Percepção do limiar de ameaça: Sinaliza o aumento do estado de alerta devido à percepção da ameaça e ao perigo detectado.
  - d) Percepção de ameaça danosa: Denota uma constatação acelerada do perigo para o policial que deve agora apontar suas energias e suas táticas na direção da defesa.
  - e) Percepção de ameaça mortal: É o nível mais alto de ameaça. O policial deve manter o mais alto nível de avaliação de risco e apelar para suas máximas habilidades de sobrevivência.
- Obs.: No decorrer do confronto, o policial pode refazer a avaliação dos riscos envolvidos, reduzir ou avançar em sua percepção, de acordo com a classificação apresentada.

### 5.6.3 Aspectos que influenciam no Nível de Força Aplicada

Durante o atendimento de uma ocorrência policial, diversas variáveis e circunstâncias podem ocorrer fazendo com que haja justificativa para o aumento do nível de força. As principais variáveis e circunstâncias, segundo a apostila do Uso Legal de Força (2006), do Ministério da Justiça, são:

1º variável: Número de policiais e número de suspeitos envolvidos;

2º variável: Tipo físico, idade e sexo dos policiais em relação às mesmas variáveis dos indivíduos suspeitos;

3º variável: Habilidade técnica em defesa pessoal dos policiais envolvidos;

4º variável: Estado mental, emocional, do policial no momento do confronto.

Do mesmo modo, algumas circunstâncias especiais podem influenciar no nível de força utilizada pelos policiais, como se vê abaixo:

1º circunstância: Possibilidade de o suspeito, em proximidades ao policial, estar portando arma de fogo, viabilizando um suposto acesso imediato de disparos. Neste caso, o policial pode ser forçado a fazer uso de um nível maior de força;

2º circunstância: Posicionamento de desvantagem. Um policial encurralado em um “ beco” de favela (aglomerados) sem pontos de proteção à sua segurança, pode ser forçado a empregar um nível de força mais elevado.

3º circunstância: Nível de habilidade do suspeito. Necessidade de saber se ele possui habilidades em artes marciais ou possui treinamento militar, por exemplo.

4º circunstância: O policial recebe informações precisas sobre a presença de armas de fogo com o suspeito, provocando a utilização de um nível mais alto de força para controlar a situação.

5º circunstância: Perigo eminente. O suspeito agride o policial ou ameaça a vida de uma vítima.

### **Salienta ainda:**

A combinação de variáveis e circunstâncias em relação à atitude dos suspeitos, durante o atendimento de uma ocorrência, pode determinar o aumento ou o decréscimo no nível de força usado. Em situações de alto estresse, o policial pode ficar se reação. A menos que tenha uma estrutura prática que possa ajudá-lo a organizar suas opções. Eis um outro ponto forte para darmos crédito aos treinamentos, como este que será dado por meio do nosso curso em exibição, o qual proporcionará ao policial uma melhora significativa em seu desempenho, frente às situações de risco, não apenas em sua estrutura física como também mental e psicológica.

O uso progressivo da força é uma valiosa ferramenta para os policiais no dia a dia operacional. O sucesso dele depende em muito do treinamento de técnicas de abordagem, defesa pessoal e em utilização de equipamentos e armamentos. Logo, a qualidade do desempenho da atividade policial é amplamente dominada pela qualidade dos recursos humanos disponíveis. A Polícia Militar, para melhorar cada vez mais sua prestação de serviços à comunidade, deve aprimorar sempre a qualidade de seu recrutamento, de sua formação e de seu treinamento.

De suma importância no treinamento dos policiais, deve-se dar especial atenção às questões de natureza ética na aplicação da lei e dos direitos humanos; alternativas ao uso da força e armas de fogo, incluindo a solução pacífica de conflitos com o uso da negociação e gerenciamento de crises; compreensão dos comportamentos de multidão e métodos de persuasão, objetivando limitar o uso da força e armas de fogo, mas em condições de pronto emprego se preciso for.

## 6 PESQUISA DE CAMPO

Realizada pesquisa exploratória, mediante trabalho de campo, utilizando questionários enviados para integrantes da Polícia Militar do Paraná que atuam operacionalmente nas áreas do 12º BPM, 13º BPM, 20º BPM e Cia P Choque, cuja população de pesquisa foi de 500 (quinhentos) PM.

Para o 12º BPM, 13º BPM, 20º BPM foram remetidos 150 (cento e cinquenta) questionários cada, e para a Cia P Choque, 50 (cinquenta), em virtude de ter menor efetivo.

O principal escopo da pesquisa foi verificar, pelas respostas da população pesquisada, se Policiais Militares que atuam operacionalmente no CPC (Comando do Policiamento da Capital) tem conhecimento doutrinário sobre o assunto e se no atendimento de ocorrências policiais utilizam e executam o uso legal e progressivo da força de forma correta com a doutrina.

### 6.1 MODELO DO QUESTIONÁRIO

O modelo de questionário de pesquisa utilizado consta no Apêndice A do presente trabalho monográfico.

### 6.2 PERGUNTAS DA PESQUISA

Foram realizadas as seguintes perguntas diretas e objetivas para a população da pesquisa:

01. Qual o seu conhecimento sobre as excludentes de ilicitude previstas em nossa legislação penal?

02. Você já se envolveu em alguma ocorrência em que teve de usar força física contra o causador da crise?

03. Você já se envolveu como indiciado em algum procedimento administrativo ou penal em virtude de uso excessivo de força?

04. Acredita que cada ocorrência deve ser atendida com diferentes graus de prioridade e de segurança por parte do policial militar?

05. Qual a sua opinião sobre a necessidade de serem observados diferentes padrões do uso da força durante o atendimento de ocorrências policiais?

06. Você consegue manter controle emocional durante o atendimento de ocorrência policial quando sofre alguma agressão física ou verbal?

07. O uso da força pelo policial quando é agredido deve?

08. Já recebeu instruções sobre a doutrina do uso legal e progressivo da força?

09. Acredita que instruções sobre o uso progressivo da força podem melhorar o atendimento de ocorrências por parte dos Policiais?

10. Acredita que instruções sobre o uso progressivo da força podem diminuir o índice de procedimentos administrativos e penais em que figuram policiais como indiciados?

### 6.3 RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados obtidos pela da análise estatística de cada pergunta podem ser verificados a seguir:

01. Qual o seu conhecimento sobre as excludentes de ilicitude previstas em nossa legislação penal?

TABELA 01 – PERGUNTA nº 01

	RESPOSTAS	
	Valor absoluto	(%)
Elevado	172	34,40
Médio	305	61,00
Pouco	23	4,6
Inexistente	0	0,00

FONTE: O AUTOR (2009)

Comentário: verificou-se que a maior parte da população de amostragem revelou conhecimentos médios sobre a teoria das excludentes de criminalidade, sendo de apenas 4,6% os que consideram ter pouco conhecimento neste ramo de conhecimento.

02. Você já se envolveu em alguma ocorrência em que teve de usar força física contra o causador da crise?

TABELA 02 - PERGUNTA nº 02

	RESPOSTAS	
	Valor absoluto	(%)
SIM	495	99,00
NÃO	5	1,00

FONTE: O AUTOR (2009)

Comentário: quase a totalidade dos PM já tiveram de empregar a força no atendimento de ocorrências policiais, cuja intensidade é variada.

03. Você já se envolveu como indiciado em algum procedimento administrativo ou penal em virtude de uso excessivo de força?

TABELA 03 - PERGUNTA nº 03

	RESPOSTAS	
	Valor absoluto	(%)
SIM	32	6,40
NÃO	468	93,60

FONTE: O AUTOR (2009)

Comentário: apesar do fato que quase a totalidade dos policiais militares afirmarem conhecimento das excludentes da criminalidade, uma parcela significativa, já esteve envolvida como acusado em procedimento administrativo por uso excessivo da força.

04. Acredita que cada ocorrência deve ser atendida com diferentes graus de prioridade e de segurança por parte do policial militar?

TABELA 04 - PERGUNTA nº 04

	RESPOSTAS	
	Valor absoluto	(%)
SIM	470	94,00
NÃO	30	6,00

FONTE: O AUTOR (2009)



Comentário: a quase totalidade dos PM reconhece a necessidade de que cada ocorrência policial deve ser atendida com diferentes graus de prioridade e de segurança por parte do policial de serviço.

05. Qual a sua opinião sobre a necessidade de serem observados diferentes padrões do uso da força durante o atendimento de ocorrências policiais?

TABELA 05 - PERGUNTA nº 05

	RESPOSTAS	
	Valor absoluto	(%)
DISCORDO	457	91,40
CONCORDO	43	8,60

FONTE: O AUTOR (2009)

Comentário: embora a maior parte dos PM reconhecerem a necessidade de que cada ocorrência policial deve ser atendida com diferentes graus de prioridade e de segurança por parte do policial de serviço, um número menor reconhece necessidade de serem observados diferentes padrões do uso da força durante o atendimento de ocorrências policiais,

06. Você consegue manter controle emocional durante o atendimento de ocorrência policial quando sofre alguma agressão física ou verbal?

TABELA 06 - PERGUNTA nº 06

	RESPOSTAS	
	Valor absoluto	(%)
SIM	270	54,00
NÃO	230	46,00

FONTE: O AUTOR (2009)



Comentário: o fato de 46% dos PM da pesquisa não conseguirem manter o controle emocional durante o atendimento de ocorrência policial quando sofrem alguma agressão física ou verbal é um aspecto muito importante, pois a falta de controle emocional gera situações de uso indevido da força. Instruções sobre o uso legal e progressivo da força, bem como técnicas de negociação podem minimizar as deficiências de controle emocional.

07. O uso da força pelo policial quando é agredido deve?

TABELA 07 - PERGUNTA nº 07

	RESPOSTAS	
	Valor absoluto	(%)
ser proporcional à agressão sofrida	99	19,80
ser usada em um nível que possibilite a contenção do agressor com um mínimo de força	296	59,20
ser usada em um nível que possibilite a contenção do agressor com o máximo de força	68	13,60
usada em um nível que possibilite uma lição ao agressor para que aprenda uma lição	37	7,40

FONTE: O AUTOR (2009)

Comentário: os dados obtidos neste item ratificam as deficiências de controle emocional e desconhecimento da doutrina sobre o uso legal e progressivo da força verificados no item anterior, medidas instrucionais podem suprir essas deficiências.

08. Já recebeu instruções sobre a doutrina do uso legal e progressivo da força?

TABELA 08 - PERGUNTA nº 08

	RESPOSTAS	
	Valor absoluto	(%)
<b>SIM</b>	<b>89</b>	<b>17,80</b>
<b>NÃO</b>	<b>411</b>	<b>82,2</b>

FONTE: O AUTOR (2009)

Comentário: os números são absolutamente contundentes no sentido da necessidade de serem ministradas aulas sobre essa doutrina, quer nos cursos de formação, como nos cursos de reciclagem.

09. Acredita que instruções sobre o uso progressivo da força podem melhorar o atendimento de ocorrências por parte dos Policiais?

TABELA 09 - PERGUNTA nº 09

	RESPOSTAS	
	Valor absoluto	(%)
<b>SIM</b>	<b>410</b>	<b>82,00</b>
<b>NÃO</b>	<b>90</b>	<b>18,00</b>

FONTE: O AUTOR (2009)

Comentário: verificou-se que os PM reconhecem a necessidade de instruções sobre a doutrina do uso legal e progressivo da força para poderem melhorar o nível de atendimento.

10. Acredita que instruções sobre o uso progressivo da força podem diminuir o índice de procedimentos administrativos e penais em que figuram policiais como indiciados?

TABELA 10 - PERGUNTA nº 10

	RESPOSTAS	
	Valor absoluto	(%)
<b>SIM</b>	<b>422</b>	<b>84,40</b>
<b>NÃO</b>	<b>78</b>	<b>15,60</b>

FONTE: O AUTOR (2009)

Comentário: verificou-se que os PM além de reconhecerem a necessidade de instruções sobre a doutrina do uso legal e progressivo da força para poderem melhorar o nível de atendimento também podem melhorar as condições técnico-jurídicas, reduzindo o índice de procedimentos administrativos em desfavor dos policiais.

#### 6.4 CONCLUSÕES DA PESQUISA DE CAMPO

A maior parte da população revelou conhecimentos médios sobre a teoria das excludentes de criminalidade, apenas 4,6% considerou ter pouco conhecimento neste ramo de conhecimento.

A totalidade dos PM já tiveram de empregar a força no atendimento de ocorrências policiais, cuja intensidade aplicada foi variada.

Apesar do fato que quase a totalidade dos policiais militares afirmarem conhecimento das excludentes da criminalidade, uma parcela significativa, já esteve envolvida como acusado em procedimento administrativo por uso excessivo da força.

A quase totalidade dos PM reconheceu a necessidade de que cada ocorrência policial deve ser atendida com diferentes graus de prioridade e de segurança por parte do policial de serviço.

O fato de 46% dos PM da pesquisa não conseguirem manter o controle emocional durante o atendimento de ocorrência policial quando sofrerem alguma

agressão física ou verbal é um aspecto muito importante e preocupante, pois a falta de controle emocional gera situações de uso indevido da força.

Ficou evidente o desconhecimento da doutrina sobre o uso legal e progressivo da força.

Os PM reconhecerem a necessidade de instruções sobre a doutrina do uso legal e progressivo da força para poderem melhorar o nível de atendimento de ocorrências.

Com o emprego da doutrina, as condições técnico-jurídicas seriam melhoradas, reduzindo o índice de procedimentos administrativos em desfavor dos policiais.



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação das Polícias Militares com sua competência constitucional pela preservação da ordem pública faz com que seja a polícia ostensiva mais perto da população, atuando no cotidiano da sociedade. Esta atuação é norteadada por vários instrumentos legais, dentre eles a própria Constituição Federal e Leis Ordinárias, dando aos agentes policiais a capacidade da coercibilidade, atributo do poder de polícia, este concebido pelo Estado ao policial militar para execução de sua missão constitucional. A coercibilidade é o atributo que justifica o emprego da força quando em situações de oposição do cidadão a uma ordem legal do policial militar.

Tratados internacionais foram elaborados com o intuito de orientar a utilização da força por parte dos responsáveis pela aplicação de lei. Entende-se por força, neste caso, a utilização de técnicas pautadas na legislação vigente e nos direitos humanos.

A legislação brasileira, apesar de possuir lacunas quanto aos limites legais e quanto à aplicação da força por parte dos agentes públicos, busca sempre proteger os direitos e garantias individuais do cidadão. O policial militar que age sem observar o caráter técnico pode incorrer em tipos penais, como lesões corporais e abuso de autoridade, tanto na justiça comum como na justiça especial, na justiça militar.

O devido uso progressivo da força no atendimento de ocorrências policiais em consonância com o dispositivo legal, foi exemplificado pelos de diversos modelos de atuação do policial conforme reação do agente infrator contra uma determinação do policial. O modelo recomendado pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria Nacional de Segurança Pública denota a importância que o uso de técnicas sem a utilização de armas pode ser aplicado em diversas possibilidades de reação do agente infrator da lei.

A atividade policial-militar, pautada na lei e conseqüentemente na preservação dos direitos humanos, necessita de conhecimentos técnicos específicos, como no devido uso legal e progressivo da força.

Os meios de uso legal e progressivo da força mostram-se importantes para auxiliar na eficiência da polícia, no sentido de evitar abusos de poder, desrespeito aos direitos humanos, prejuízos à integridade dos polícias ou de terceiros, bem como a morte de inocentes. Mostra-se necessário um maior investimento em

instrumentos de força não letal, tanto na aquisição como na pesquisa e desenvolvimento destes.

Outra questão relevante é a qualidade do treinamento dos agentes policiais que devem estar aptos a agir de forma adequada, rápida e eficiente nas mais diversas situações, lidando constantemente com a dificuldade da escolha certa, do equilíbrio entre o adequado uso da força e o abuso do poder.

Quando a autoridade policial emprega o uso da força de forma exagerada, extrapolando em seu poder, infringindo a lei, causa um prejuízo incalculável não só às pessoas diretamente atingidas pelo excesso, mas também à sociedade, à corporação e a ele mesmo, pelas sanções que irá sofrer.

O presente estudo não tem a pretensão de ser completo, trata-se de um levantamento inicial de um tema de suma importância e composto dos mais variados elementos, que exige um maior debate na corporação, visando melhorar a formação e treinamento de policiais militares para a doutrina do devido uso legal e progressivo da força.

Infelizmente a grande parte do efetivo operacional realiza o atendimento de ocorrências policiais sem ter o devido conhecimento sobre o uso legal e progressivo da força. Executam o atendimento de ocorrência, em relação à doutrina estudada, de uma forma empírica, utilizando o bom senso, mas sem o devido conceito, princípios e aspectos doutrinários, não executando o uso legal e progressivo da força de forma correta com a doutrina.

Apesar do conhecimento mediano alegado sobre o ordenamento jurídico, a falta de conhecimento doutrinário sobre o uso legal e progressivo da força, pode acarretar em excessos desnecessários da força, com prejuízos aos direitos humanos, à sociedade, à corporação, e ao policial militar que cometer excessos, em virtude das sanções que sofrerá.

O correto emprego do uso legal e progressivo da força mostra-se vital para a eficiência da polícia, no sentido de evitar abusos de poder, desrespeito aos direitos humanos, prejuízos à integridade dos policiais ou de terceiros, bem como a morte de inocentes. Mostra-se necessário um maior investimento em instrução dos policiais militares e a aplicação prática da doutrina sobre o uso legal e progressivo da força no atendimento de ocorrências policiais.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Dílio Procópio Drummond de. **Teoria da contratipicidade penal**. Jus Naviandi, 2007. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=963>. Acesso em: 04 mai. 2009, 22:24:00.

ARAÚJO, Kleber Martins de. **O estrito cumprimento do dever legal como causa excludente de ilicitude**. Jus Navigandi, 2003. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4262>. Acesso em: 25 mai. 2009, 21:36:00.

ARAÚJO, Valéria F.; **A diligência policial de urgência e o respeito aos direitos humanos na obra de Carlos R. Bacila**. *Boletim Jurídico*, fev. 2006. ed. 167. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1086>. Acesso em: 25 jun. 2009, 23:07:00.

BALESTRERI, Ricardo Brisola. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia**. Edições CAPEC – Centro de Assessoramento a Programas de Educação para a Cidadania. Pater Editora, 1998.

BARBOSA, Sérgio Antunes e ANGELO, Ubiratan de Oliveira. **“Distúrbios civis: controle e uso da força pela polícia”** – volume 5 – coleção polícia amanhã – textos fundamentais de polícia. Rio de Janeiro. Freitas Bastos Editora, 2001. CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Polícia, violência e Direitos Humanos**. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - Série cadernos de polícia – nº 20 – Rio de Janeiro, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Código de Processo Penal Militar, 1969**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

\_\_\_\_\_. **Código de Processo Penal, 1941**. 3. ed. São Paulo: Editora Rideel, 2008.

\_\_\_\_\_. **Código Penal Militar, 1969**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

\_\_\_\_\_. **Código Penal, 1940**. 3. ed. São Paulo: Editora Rideel, 2008.

\_\_\_\_\_. **Código Tributário Nacional, 1966**. 2. ed. São Paulo: Editora Manole, 2004.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: Parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2004.

CAVALHEIRO NETO, Augusto. **Garantia da Ordem – A Insuficiência de argumentos para prisão preventiva**. *Revista Consultor Jurídico*, mar. 2004. Disponível em: <http://conjur.estadao.com.br/static/text/147,1>. Acesso em: 22 jun. 2009, 22:29:00.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Polícia, violência e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Rio de Janeiro, 1994.

CORRÊA, Marcelo Vladimir. **Abordagem Policial Militar no Patrulhamento Motorizado Face ao Treinamento Profissional Específico no 8º RPM**, Período de 1998 a 2000.

CORRECTIONAL SERVICE CANADA. **Performance Report**. Disponível em: [http://www.csc-scc.gc.ca/text/pblct/dpr/2004/DPR\\_final\\_2004\\_e.shtml](http://www.csc-scc.gc.ca/text/pblct/dpr/2004/DPR_final_2004_e.shtml) Acesso em: 03 jun. 2009, 23:00:00.

DA SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 19ª ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DAMS, Ronald I, et al. **Street Survival; tactics for armed encounters**. 23ª edição. Northbrook. Illinois. Calibre Press, inc. 1999. 430p.

DIREITOS HUMANOS NA INTERNET. **Premissas Básicas da Aplicação da Lei Conduta Ética e Legal na Aplicação da Lei da Secretaria Nacional de Direitos Humanos** (2004, Caderno 5, p. 1): Disponível em < <http://www.dhnet.org.br> > acesso em: 15 jun. 2009, 15:43:00.

FONSECA, Antonio Cezar Lima da Fonseca. **Abuso de autoridade: Comentários e Jurisprudência**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. **Resumo de direito penal**. 15 ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

GARNER, Joel, et al. **Understanding The Use Of Force By And Against The Police**. 1996. National Institute of Justice (EUA), disponível em <<http://www.ncjrs.org/pdffiles/forcerib.pdf>> - acesso em 17 jun. 2009, 21:34:00.

GILLESPIE, Thomas T., et al.. **Police - use of force – A Line Officer's Guide**. Shawnee Mission, Kansas, USA. Varro Press, 1998.

GIRALDI, Nilson, Cel QOR PMESP. **Manual de Tiro Defensivo de Preservação da Vida**, 1995.

GIRALDI, Nilson. **Manual de Tiro Defensivo de Preservação da Vida**. São Paulo: Polícia Militar de São Paulo, 1995.

GRAVES, Frankilin R., CONNOR, Gregory. PMERJ, **Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Nota de Instrução nr 07 / 1994** – Tradução Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro, 1994.

HUNTER, John C.. **Pepper Spray – Expanding The Use Of Force Continuum**. Disponível em < <http://www.emergency.com/pprspry.htm> >. Acesso em 17 Jun. 2009, 14:37:00.



LAZZARINI, Álvaro. **Estudos de Direito Administrativo**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

MARTINS, Flademir Jerônimo Belinati. **Dignidade da Pessoa Humana: princípio fundamental constitucional**. 1ª ed. 4ª tirag. Curitiba: Juruá, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 30 ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 18ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005

METROPOLITAN NASHVILLE POLICE. **Use of Force - Force Continuum**. 1996. Disponível em <<http://www.nashville.net/~police/citizen>> . Acesso em 10 jun. 2009, 22:30:00.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Apostila do Uso Legal da Força. Secretaria Nacional de Segurança Pública**. Distrito Federal, 2006.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de direito administrativo: parte introdutória, parte geral e parte especial**. 8. ed. rev. atual. aum., Rio de Janeiro: Forense, 1989.

MOREIRA, Cícero et al.. **Manual de Tática Policial. Manual de Prática Policial**. Belo Horizonte, 2001.

OLSON, Dean T. **Deadly Force Decision Making**, FBI Law Enforcement Bulletin, February, 1998, volume 67, number 2.

ONU - Organização das Nações Unidas - **Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de fogo**. Havana, Cuba, 1990.

\_\_\_\_\_ - **Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei**, 1979.

\_\_\_\_\_ - **Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei**. 1979.

\_\_\_\_\_ - **Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de fogo**. Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Infratores, Havana, Cuba, 1990.

PARANÁ. **NOÇÕES DA ESCALADA DO USO DE FORÇA, NA ATIVIDADE POLICIAL MILITAR**. Nota de Instrução n.º 002/2002 – PM/3. Paraná: Polícia Militar do Paraná, 2002.

PHOENIX DEPARTMENT POLICE. **Use of Force - Force Continuum**. 1996. Disponível em. <<http://www.telalink.net/~police/citizen/kick.html>>. Acesso em 15 mai. 2009, 22:00:00.

RAMOS, André de Carvalho. **Processo internacional de direitos humanos: análise de apuração de violação dos direitos humanos e a implementação das decisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

RAPP, Burt, **SWAT; Team Operations**. Port Townsend USA. Lomparics Unlimited. 1990. 150p.

RCMP – ROYAL CANADIAN MONTED POLICE. **Continuum Force Model** . (sine loco), 199\_.

REMSBERG, Charles. **The Tactical Edge – Surviving High – Risk**. Northbrook, Ik, USA. Calibre Press, 1999

ROVER, Cees de. **Para servir e proteger. Direitos Humanos e Direito Internacional humanitário para forças policiais e de segurança: manual para instrutores**. Trad. Sílvia Backes e Ernani S. Pilla. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2001.

SANTOS, Paulo Fernando dos Santos. **Crimes de abuso de autoridade: aspectos jurídicos da Lei nº 4898/65**. São Paulo: Liv. e Ed. Universitária de Direito, 2003.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

SILVA, Jorge da . **Violência Urbana e suas Vítimas**. Caderno de Polícia nr 20 – Polícia, Violência e Direitos Humanos – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 1994.

SÍRIO, Antônio Iram Coelho. **Abuso de Autoridade (Lei Nº 4.898/65)**. Ministério Público do Estado do Ceará, 2007. Disponível em: <http://www.mp.ce.gov.br/artigos/print.asp?iCodigo=39>. Acesso em: 19 mai. 2009, 22:04:00.

STRONG, Sanford, **Defenda-se; um manual de sobrevivência ao crime urbano com regras que protegem você e sua família**. São Paulo-SP. Editora Harbra Ltda, 2000. 248p.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Código de processo penal comentado**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

TRAINING BULLETIN. **Use of force. Restraining procedures and devices**. Los Angeles: Los Angeles Police Department, 1986.

VIANNA, André Luiz Rabello. **O Uso da força e de Armas de Fogo na Intervenção Policial de Alto Potencial Ofensivo Sob a Égide dos Direitos Humanos**. São Paulo: Polícia Militar de São Paulo, 2000.

WILLIAMS, Dave. **Force Continuum – The Concept of And Application During Self Defense**. Disponível em <http://myweb.wco.com/~wlmssite/force.html> > Acesso em 18 jun. 2009, 21:45:00.

## APÊNDICE A

### PESQUISA

#### CARO POLICIAL MILITAR:

Este questionário consiste em uma pesquisa acadêmica, para fundamentação de trabalho de conclusão de curso de aperfeiçoamento de oficiais, curso: **Especialização em Planejamento e Controle da Segurança Pública** realizado Polícia Militar em convênio com a Universidade Federal do Paraná. As informações colhidas serão muito valiosas, e suas respostas serão anônimas e confidenciais e contribuirão para o aperfeiçoamento dos serviços policiais:

01. Qual o seu conhecimento sobre as excludentes de ilicitude previstas em nossa legislação penal?

- ☐ elevado
- ☐ médio
- ☐ pouco
- ☐ inexistente

02. Você já se envolveu em alguma ocorrência em que teve de usar força física contra o causador da crise?

- ☐ sim
- ☐ não

03. Você já se envolveu como indiciado em algum procedimento administrativo ou penal em virtude de uso excessivo de força?

- ☐ sim
- ☐ não

04. Acredita que cada ocorrência deve ser atendida com diferentes graus de prioridade e de segurança por parte do policial militar?

- ☐ sim
- ☐ não

05. Qual a sua opinião sobre a necessidade de serem observados diferentes padrões do uso da força durante o atendimento de ocorrências policiais?

- ☐ concordo
- ☐ discordo

06. Você consegue manter controle emocional durante o atendimento de ocorrência policial quando sofre alguma agressão física ou verbal?

- ☐ sim
- ☐ não

07. O uso da força pelo policial quando é agredido deve:

- ☐ ser proporcional à agressão sofrida
- ☐ ser usada em um nível que possibilite a contenção do agressor com um mínimo de força
- ☐ ser usada em um nível que possibilite a contenção do agressor com o máximo de força
- ☐ ser usada em um nível que possibilite uma lição ao agressor para que aprenda uma lição.

08. Já recebeu instruções sobre a doutrina do uso legal e progressivo da força?

- ☐ sim, no \_\_\_\_\_
- ☐ não

09. Acredita que instruções sobre o uso progressivo da força podem melhorar o atendimento de ocorrências por parte dos Policiais?

- ☐ sim
- ☐ não

10. Acredita que instruções sobre o uso progressivo da força podem diminuir o índice de procedimentos administrativos e penais em que figuram policiais como indiciados?

- ☐ sim
- ☐ não